



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

**Universidade Federal de Ouro Preto**  
**Instituto de Ciências Sociais Aplicadas**



**Monografia**

**A luta sindical do Andes/SN no período da pandemia: uma análise de março de  
2020 a março de 2021.**

**Marcilene da Conceição Menezes Murta**

Ouro Preto, MG.

2021

Marcilene da Conceição Menezes Murta

**A LUTA SINDICAL DO ANDES/SN NO PERÍODO DA PANDEMIA: UMA ANÁLISE  
DE MARÇO DE 2020 A MARÇO DE 2021.**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas a Universidade Federal de Ouro Preto como um requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração: Ciência Social Aplicada

Orientadora: Kathiúça Bertollo

Ouro Preto, MG.

2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Marcilene da Conceição Menezes Murta**

**A luta sindical do ANDES/SN no período da pandemia: uma análise de março de 2020 a março de 2021.**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 05 de janeiro de 2022.

**Membros da banca**

Doutora em Serviço Social - Kathiúça Bertollo - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto  
Doutor em Serviço Social - André Monteiro Mayer - Universidade Federal de Ouro Preto  
Doutora em Serviço Social - Adriana de Andrade Mesquita - Universidade Federal de Ouro Preto

Kathiúça Bertollo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/01/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Kathiúça Bertollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/01/2022, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0266235** e o código CRC **931A74A1**.

**Referência:** Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000318/2022-00

SEI nº 0266235

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: - www.ufop.br

Ao meu pai, Lúcio Antônio Murta (*in memoriam*), que me ensinou o quanto importante é ser merecedor do dom da vida, que tudo podemos enfrentar se levarmos conosco um sorriso sincero, se enxergarmos Deus no nosso próximo, e se tivermos as mãos estendidas para o amor e a caridade. Um homem de alma simples e coração nobre, capaz de reconhecer apesar do pouco grau de instrução a importância do aprendizado e do conhecimento. Te amarei de janeiro a janeiro, eternamente.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por sempre ser luz em minha vida, por guiar meus passos, me orientar em todos os meus processos e decisões, por nunca me desamparar, mesmo nos momentos em que eu não conseguia senti-lo comigo, por sempre me mostrar que após cada queda existe um recomeço e que fazê-lo ser lindo só depende de ter fé e acreditar.

À professora Kathiúça Bertollo pela belíssima orientação, pelas sábias recomendações, por todo conhecimento transmitido, pela disponibilidade, pela paciência, por me proporcionar vislumbrar novos horizontes e por toda cordialidade que sempre me acolheu, principalmente nos momentos turbulentos ao qual passei nestes últimos semestres.

Aos funcionários, João Paulo Ribeiro e Cláudia Peret, da secretaria do sindicato ADUFOP, Associação dos Docentes da UFOP- Ouro Preto, por toda ajuda com os riquíssimos materiais cedidos para elaboração desta pesquisa, foram documentações imprescindíveis tanto para execução, quanto para a satisfação do trabalho finalizado, além de serem contribuições fundamentais para o meu desenvolvimento pessoal, profissional e intelectual.

A UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto, e a todos os docentes agradeço por terem me propiciado um ambiente fundamental na transmissão de experiências, conhecimento, aprimoramento intelectual e na elaboração e solidificação de saberes, fatores fundamentais para meus sucessos. Estes quesitos me propiciaram construir essa pesquisa com objetivo de ajudar futuros estudos de alguma forma.

Aos funcionários da UFOP, todos, sem exceção, inclusive os terceirizados, os funcionários da lanchonete e os funcionários da xerox, tenho eterna gratidão, pela amabilidade, por cada sorriso, gentileza, amizade e colaboração prestada sempre que solicitada, vocês fazem parte dessa vitória.

Aos colegas do Curso de Serviço Social, agradeço pela amizade, companheirismo e por me fazerem entender o quanto podemos crescer, amadurecer e aprender quando estamos no coletivo. Aos meus amigos pessoais, Ana, Alice, Iracema, Mirtes, Mary, Raquel, Taiana, e tantos outros que nunca estiveram ausentes, que sempre confiaram em mim, na minha capacidade e me incentivaram a nunca desistir de meus sonhos, meu muito obrigada, por toda confiança, amizade e carinho que sempre me

disponibilizaram. E por fim, quero deixar também alguns agradecimentos muito especiais.

À toda a minha família, aos Menezes e aos Murta, em especial a Tia Neném, Tio Honório e a Prima Carolina, que me acudiram nos sufocos, em especial no início da graduação, além de sempre acreditarem e reafirmarem para mim o meu potencial, quando nem mesmo eu acreditava nele. A minhas irmãs Rosinei, Jussara e Luciene, agradeço por não me deixarem fraquejar quando tudo parecia estar por um fio, bastava olhar para vocês para lembrar o quanto somos fortes e devemos a cada queda recomeçar. Não tenho palavras para agradecer ao meu irmão de alma José Roberto, sua amizade, carinho, apoio, respeito e consideração foram responsáveis por me fazer retomar ao caminho, todas as vezes que pensei em desistir, tens lugar cativo em meu coração Betinho.

À minha tia Silvia, agradeço pelo apoio, pela compreensão e por sempre me mostrar o quanto eu precisava e poderia ser melhor. A tia Lúcia e tio João, sou grata por nunca desistir de me mostrar o quanto é importante levar Deus em nossa caminhada, acreditar nos nossos sonhos e lutar em busca deles. As tias Vera e Leninha, agradeço por todo apoio com as questões de saúde vivenciadas no último semestre, seria impossível avançar sem o apoio e a ajuda de vocês.

Ao meu Pai Lucio Antônio Murta (*in memoriam*) e à minha Mãe Maria das graças Menezes, pilares da minha formação como ser humano, agradeço pelo dom da vida, pela sólida educação e formação dada até à minha juventude, amo vocês. Meu retorno aos estudos, já na vida adulta, se deu graças a um sonho que meu Pai tinha em vida de ver um filho na faculdade, dediquei a ele está realização e por isso dei tudo de mim para cumprir esta graduação com o melhor empenho possível. Esta vitória é sua, meu pai, sei que de algum lugar, você vibra comigo!

Ao meu companheiro de vida Clayser Silva, agradeço todo o seu amor, carinho e paciência, foram períodos difíceis e você melhor que ninguém sabe disso, por quantas vezes chorei em seus braços desesperada e insegura, achando que não conseguiria seguir em frente com tantos obstáculos e pressões. Nestes momentos você sempre tinha uma palavra amiga e calma ou até merecidos puxões de orelha, seja para me levar a reflexões ou para acalantar meu coração. Confesso que saber que poderia contar com você nestes momentos, fizeram com que a caminhada ficasse mais leve, mais bonita e muito mais feliz. Sou grata por todo apoio incondicional, por nunca deixar de acreditar em mim, no meu potencial e por se fazer presente em todos os momentos

difíceis da minha trajetória acadêmica, na certeza de que tudo daria certo. Tenho uma grande admiração por você, pelo homem que você é e pelo caráter que você tem. Muito obrigada pela família linda que você me deu de presente, e por dividir comigo todo o amor e carinho da Maria Antônia e da Cylmara, vocês foram meu alicerce ao longo do período de graduação, amo vocês.

E por fim, agradeço a todos os envolvidos direta ou indiretamente, aos citados aqui ou não, mas que de alguma forma fizeram parte da elaboração deste trabalho e de meu processo de formação, deixo aqui minha gratidão por me apoiarem a tornar este sonho realidade, sem a colaboração, paciência e carinho de cada um de vocês eu não estaria hoje finalizando essa importante etapa de minha vida, tenho certeza do quanto aprendi, amadureci e o quanto foi importante o papel de cada um para que eu chegasse até aqui. Minha eterna gratidão, muito obrigada!

## RESUMO

O objetivo da presente pesquisa delimita-se em identificar quais foram as pautas de luta do Andes/SN no período da pandemia (de março de 2020 a março de 2021). O ANDES-SN possui 11 grupos de trabalho que subsidiam a diretoria na discussão de temas que circunscrevem a sua atuação. As posições assumidas vinculam-se e decorrem de problemas históricos vivenciados pelos trabalhadores e enfrentados coletivamente por inúmeros movimentos sociais e entidades sindicais que reivindicam emprego, transporte, moradia, terra, educação e saúde etc. Nesse sentido, o movimento sindical docente constituiu-se na relação permanente com as experiências de outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros. As pautas assumidas pelo ANDE/SN são de suma importância, pois tem como intuito o diálogo com professores e professoras sobre os problemas e dilemas sociais. Objetivando também realizar espaços de formação e debate, o Sindicato Nacional busca trazer conteúdos que possibilitem manter a luta e a reflexão crítica nesse momento particular que vivemos, da pandemia da COVID-19. A abordagem de a conjuntura assumida em meio à pandemia do novo coronavírus considera essa crise em relação aos problemas estruturantes do sistema capitalista. Reflete como as consequências da Covid-19 e sua disseminação em massa têm relação com o cenário de desmonte das políticas públicas, especialmente a educação, conformando um cenário imposto pelo neoliberalismo e pela crise do capital. Diante disso, assume a perspectiva de pensar alternativas para a crise sob a ótica das trabalhadoras e trabalhadores.

Palavras-Chave: pandemia, professores, trabalhadores, sindicato.



## **ABSTRACT**

The objective of this research is to identify what were the fighting guidelines of the Andes/SN in the pandemic period (from March 2020 to March 2021). ANDES-SN has 11 working groups that support the board in the discussion of topics that circumscribe its performance. The positions taken are linked and result from historical problems experienced by workers and collectively faced by numerous social movements and union entities that claim employment, transportation, housing, land, education and health, etc. In this sense, the teachers' union movement was constituted in the permanent relationship with the experiences of other workers who fight for the recognition of social rights for all Brazilians. The guidelines assumed by ANDE/SN are of paramount importance, as it aims to dialogue with teachers and teachers about social problems and dilemmas. Aiming also to carry out spaces of formation and debate, the National Union seeks to bring contents that allow to maintain the struggle and critical reflection in this particular moment that we live, the pandemic of COVID-19. The approach of the conjuncture assumed in the midst of the pandemic of the new coronavirus considers this crisis in relation to the structuring problems of the capitalist system. It reflects how the consequences of Covid-19 and its mass dissemination are related to the scenario of dismantling public policies, especially education, forming a scenario imposed by neoliberalism and the capital crisis. In view of this, it assumes the perspective of thinking alternatives to the crisis from the perspective of workers and workers.

Keywords: pandemic, teachers, workers, union.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Reunião do ANDES - SN - 03/2020.....	40
Tabela 2 – Reunião do ANDES - SN - 04/2020.....	42
Tabela 3 – Reunião do ANDES - SN - 05/2020.....	43
Tabela 4 – Reunião do ANDES - SN - 06/2020.....	44
Tabela 5 – Reunião do ANDES - SN - 07/2020.....	45
Tabela 6 – Reunião do ANDES - SN - 08/2020.....	46
Tabela 7 – Reunião do ANDES - SN - 12/2020.....	48
Tabela 8 – Reunião do ANDES - SN - 02/2021.....	49

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>CAPITALISMO DEPENDENTE E A UNIVERSIDADE PÚBLICA.....</b>	<b>16</b>
	2.1 Considerações sobre capitalismo dependente e a conformação universitária no Brasil.....	16
	2.2 A Universidade no Brasil – dilemas e contradições históricas e do tempo presente.....	23
<b>3</b>	<b>A PANDEMIA E AS LUTAS SINDICAIS DO ANDES-SN.....</b>	<b>29</b>
	3.1 A pandemia de covid-19 e os impactos na educação superior pública do Brasil .....	30
	3.2 O Andes - SN.....	36
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DAS REUNIÕES DE SETOR DO ANDES - SN NO PERÍODO DE MARÇO DE 2020 A MARÇO DE 2021 .....</b>	<b>40</b>
	4.1 Análise da Primeira Reunião do ANDES - SN – 03/2020 .....	40
	4.2 Análise da Segunda Reunião do ANDES - SN – 04/2020 .....	41
	4.3 Análise da Terceira Reunião do ANDES - SN – 05/2020 .....	43
	4.4 Análise da Quarta Reunião do ANDES - SN – 06/2020 .....	44
	4.5 Análise da Quinta Reunião do ANDES - SN – 07/2020 .....	44
	4.6 Análise da Sexta Reunião do ANDES- SN – 08/2020 .....	46
	4.7 Análise da Sétima Reunião do ANDES- SN – 12/2020 .....	48
	4.8 Análise da Oitava Reunião do ANDES - SN – 02/2021 .....	49
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O ANDES-SN representa uma importante esfera de luta em favor da educação pública, de qualidade e socialmente referenciada, desde sua criação em 1981, como Associação Nacional de Docentes da Educação Superior, a Andes. A posição do Sindicato, reiterada através dos tempos, é que a educação deve ser pública e gratuita em seus diferentes níveis e modalidades, pois é um direito social inalienável da população brasileira e não um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado (ANDES- SN, 2021).

Apesar de tal entendimento assumido pelo ANDES/SN para efetivar no cotidiano da atuação docente e nas instituições de ensino tais pressupostos, nos dias atuais, a sociedade brasileira sofre um retrocesso ao que tange os aspectos da educação. As universidades brasileiras, peculiarmente, apresentam uma dependência das nações estrangeiras quanto ao seu ranking de pesquisa e desenvolvimento, e principalmente, um desmerecimento por parte do atual governo federal, governo Bolsonaro, no que tange esses aspectos (GIOLO, 2020; LEHER,2019).

Os fatos históricos demonstram que as universidades foram reprimidas pelos interesses particulares da burguesia, a ideia era moldar a universidade em um núcleo do capitalismo monopolista. Atualmente, esses fatos históricos e características do monopólio se repetem, dado que com a crise sanitária, as universidades ficaram dependentes do sistema de informação (Ensino Remoto), que conduziu uma depreciação no ensino-aprendizagem, bem como a exploração da condição de trabalho dos educadores (LEHER, 2019; ALESSI et al., 2021).

A pandemia da Covid -19 descreve-se como mais um mecanismo que define o estado de putrefação deste sistema econômico-produtivo e de relações sociais pautado na compra e venda da força de trabalho, na exploração de trabalhadores e trabalhadoras e na propriedade privada dos meios de produção, isto é, é mais um elemento, e que agrava, das crises estrutural e cíclicas do capital (BERTOLLO, 2020, p.4).

A educação, a saúde e a previdência social são políticas públicas nacionais, todavia essas políticas têm-se demonstrado como mercadoria altamente lucrativa. Isso porque, nas jurisprudências da CF/88 designam que a oferta privada destas também são políticas sociais públicas, em que corresponde o sistema de direitos e seguridade social brasileiro. Esses aspectos normativos abrem lacunas para o domínio do capital na educação. A modalidade de ensino remoto é um exemplo notório

desse domínio, pois o que era para ser um meio de ensino acessível para o modelo educacional e auxílio aos servidores, tornou-se uma generalização prioritariamente pela via do mercado, resultando em índices altamente lucrativos das organizações privadas (BERTOLLO, 2020).

A implementação do ensino remoto durante o período da Covid-19 representou condições de trabalho inadequadas, atendimento precário a questões organizativas e de orientação, adicionados ao preparo de aulas, desmembrou-se no desgaste dos docentes, à exaustão e ao esgotamento da saúde dessa categoria laboral (ALESSI et.al. 2021).

Para o ANDES-SN (2021), o ensino remoto, compreendido de forma geral, não tem a qualidade que se pretende imprimir ao sistema educacional brasileiro presencial, na medida em que precariza a atividade docente, não garante a universalidade de acesso para a sociedade e destitui a educação de seu sentido mais pleno, qual seja, o da troca e construção coletiva do processo de ensino-aprendizagem.

Durante esse período de pandemia o Andes/SN promoveu diversas reuniões a respeito dos direitos da categoria docente e demais servidores da educação e para debater acerca do processo de ensino/aprendizado de qualidade diante de tais circunstâncias atuais. Por tais aspectos, o problema da presente pesquisa estabeleceu-se em “quais foram as pautas de luta do Andes/SN no período da pandemia (de março de 2020 a março de 2021)? ”

A justificativa e a motivação que me conduziu a essa temática norteia-se pelas motivações acadêmicas, distintas a disciplinas cursadas ao longo da graduação, e na busca por ampliar os meus conhecimentos sobre a importância da luta e organização sindical nas universidades, e futuramente, como profissional poder atuar como assistente social compreendendo a pandemia, seus impactos, consequências e a importância das lutas sindicais frente a esse contexto. O Trabalho parte da seguinte hipótese: “o Andes - SN assumiu pautas e bandeiras de lutas alinhadas aos interesses gerais da classe trabalhadora, da categoria docente e de defesa da educação e universidade pública. ”

A importância da presente pesquisa reside no aspecto que esta fornece uma ampliação de conhecimentos científicos acerca do assunto, ademais, espera-se que os resultados obtidos na pesquisa possam conduzir para uma melhor compreensão

da educação junto aos diferentes setores da classe trabalhadora, bem como, poderá incentivar estudos prospectivos.

Desta forma, devido a relevância social e acadêmica será realizado um estudo crítico quanto as pautas assumidas pelo ANDES/SN, objetivando que os resultados alcançados possam oferecer reflexões pertinentes e necessárias ao tema em voga. Assim, o objetivo geral da presente pesquisa é: “identificar quais foram as pautas de luta do Andes/SN no período da pandemia (de março de 2020 a março de 2021)”. E como objetivos específicos delimitou-se:

- a) Explicitar como o Andes - SN atuou no enfrentamento da pandemia de COVID 19 ao longo do período de março de 2020 a março de 2021;
- b) Evidenciar as ações que o Andes - SN assumiu e desenvolveu no que se refere aos direitos da categoria docente;
- c) Demonstrar as pautas assumidas pelo Andes - SN que são de defesa da educação e da universidade pública.

Com intuito de responder tais objetivos, a metodologia assumida é de natureza qualitativa congruentemente com um embasamento de cunho bibliográfico e documental. O método assumido é o crítico dialético, uma vez que é “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (MARX, 1985, p. 271). Neste sentido, partiu-se dos seguintes temas-assuntos: educação pública, universidade pública, lutas sindicais, pandemia da Covid-19. Para abordá-los foram utilizados autores e autoras, tais como: Em que esses apresentaram-se as seguintes literaturas: i) LEHER (2019) – Future-se e desmonte da universidade; ii) FLORESTAN (2020) – Universidade no Brasil; iii) MARINI (1973) – Capitalismo dependente; iv) GIOLO (2020) - Ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado); v) ALESSI, S.M. et al. (2021) - A crise sanitária aliada às consequências da pandemia pela Covid-19 no contexto da crise do capital; vi) Caderno de ANDES/SB; Além disso, foi fortemente utilizado o *site* do Andes- SN.

O estudo está organizado em três capítulos com suas devidas seções, sendo que:

- I) No primeiro capítulo discorre-se sobre capitalismo dependente, universidade pública e pandemia. Contexto histórico do Brasil a partir da dependência externa desde os setores sociais, comerciais e econômicos e ao que tange a ciência e tecnologia nas universidades do país, e nesse

sentido, demonstra-se como as universidades passam por dilemas e contradições desde o seu surgimento até os cortes de recursos vivenciados no período do atual governo federal;

- II) No segundo capítulo reflete-se sobre o dilema da pandemia e sobre o funcionamento e estrutura do ANDES/SN. Assim, será refletido como a pandemia afetou a nação brasileira no que tange aos aspectos de funcionamento das universidades e como colocou em lugar instável e ainda mais precarizado o processo de ensino/aprendizagem dos alunos, bem como, o trabalho remoto enquanto um elemento a mais de precarização da condição laboral de docentes e técnicos-administrativos. Nesse contexto, descreve-se a importância do ANDES/SN como sindicato, sua história e luta por uma educação livre, gratuita e de qualidade;
- III) E no terceiro capítulo será realizada uma análise das reuniões do ANDES/SN no período da pandemia, Reuniões estas que contaram com a presença de suas seções e que foi o espaço de delineamento, discussão e encaminhamentos das pautas assumidas por tal instância organizativa.

E por fim, são apresentadas as considerações finais.

## **2 CAPITALISMO DEPENDENTE E A UNIVERSIDADE PÚBLICA**

O presente capítulo tem como intuito descrever sobre o contexto do capitalismo dependente, bem como, acerca da universidade pública no Brasil.

Contextualmente, o tema do desenvolvimento capitalista dependente na América Latina tem representado uma discussão por distintos autores, como Florestan Fernandes (2020), Giolo (2020), Leher (2019) e Marini (1973) dentre outros. Estes autores buscam descrever as causas, consequências e modelos teóricos que representam o subdesenvolvimento do Brasil em decorrência do capitalismo dependente, bem como retratam sobre diferentes epistemologias, ideologias e perspectivas que constroem o pensamento social brasileiro.

Vale salientar que nessa construção de pensamento, o sistema educacional brasileiro é uma política social que deve ser abordada, historicamente. A educação brasileira seguiu um padrão correspondente aos interesses e hegemonia burguesa.

Todavia, até mesmo nos dias de hoje, as reformas educacionais ainda são um impasse, isto porque a burguesia brasileira é orientada e submetida aos ditames do capitalismo, nos quais a modernização da educação corresponde a um aprofundamento da perspectiva privatizante, provocando um estrangulamento no sistema público de ensino, seja pelo financiamento público às instituições privadas ou autorização e criação expressiva de cursos privados, especialmente em EAD.

O Future-se e o ensino remoto (durante o período de pandemia) são exemplos clássicos de (contra) reformas educacionais referentes à modernização interligada a organizações privadas, no qual demonstram uma desvalorização no ensino público, seja pela redução na qualidade de ensino, seja pelo descaso aos docentes, seja pela entrega do público ao privado.

### **2.1 Considerações sobre capitalismo dependente e a conformação universitária no Brasil**

No Brasil, atualmente, o número de pesquisas e publicações universitárias elencam o nível de produção nas universidades. Os dados apontam que a nação brasileira ocupava em 2017 a 13ª posição de maior produção científica mundial (SCIENCE-METRIX, 2018). Esses dados são imprescindíveis para a Ciência e



Tecnologia, e perpetuam-se para incorporar a existência das universidades (LEHER, 2019).

Apesar das universidades agregarem acriticamente o pensamento inovativo, sua ânsia pela produção não altera a redução de inovação e patentes nacionais. A universidade conduz uma gama de formações em distintas áreas, mas ocorre uma escassez de atividades que interligam a formação ao mercado de trabalho na área. Salienta-se que durante o período acadêmico dos estudantes, o investimento de grandes empresas permeia a trajetória de muitos, entretanto, esse investimento na produção científica estagna quando concluem tais cursos, e raramente as produções científicas iniciadas durante o período acadêmico são levadas adiante após a formação desses estudantes (LEHER, 2019).

Por tais aspectos, consegue-se visualizar manifestações e contornos do capitalismo dependente inserindo e se perpetuando nas universidades. Isto porque, essa demanda por inovação por parte das empresas, tenderia a elevar os custos para as universidades, se utilizar desta como empreendedora e subordinar os fins da universidade aos gestores de capital (GIOLO, 2020).

Historicamente, para identificar o processo de controle e a relação de dominação da nação brasileira, de suas classes dominantes sobre a classe trabalhadora é relevante que se verifique os aspectos do capital em expansão.

Nos postulados de Florestan Fernandes (1975;2005) verifica-se que a expansão do capitalismo e seus aspectos históricos sobre o intercâmbio interno e a dependência externa compreende desde a vida social dos Tupinambás, folclore, o negro na sociedade de classes, os retirantes nordestinos ao contexto histórico do capitalismo dependente, que correlacionava em seus agentes fundamentais, sendo eles, o Estado, o capital e o trabalho assalariado. Esses padrões de dependência e dominação adentram na América Latina, por meio do colonialismo, do neocolonialismo, e finalmente, pelo capitalismo dependente e associado ao imperialismo.

Marini (1973), outro autor relevante para se compreender sobre capitalismo dependente, retrata que quando se argumenta sobre a América Latina o que se configurou nesse chão foi um capitalismo *sui generis*.

Acrescenta-se ainda, que no século XVI, a expansão comercial pelo capitalismo nascente, desenvolve-se e coloca-se na América Latina por meio da divisão internacional do trabalho. Considerada como uma colônia produtora de metais

preciosos e gêneros exóticos, a América Latina progrediu preliminarmente com a elevação de oferta de mercadorias congruentemente com a expansão de meios de pagamento. Simultaneamente, aceitava-se o capital comercial e bancário europeu, com intuito de investir na indústria nascente. Entretanto, em meados do século XIX, por meio da revolução industrial, a América Latina que já havia conquistado sua independência política, permanece em contexto de dívidas com as nações europeias-imperialistas, o que vai configurando e perpetuando o contexto de dependência (MARINI, 1973).

Conforme Marini (1973), é a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus começam a se estruturar a partir da divisão internacional do trabalho, que resultará na configuração dependente e subordinada das relações econômicas, políticas, sociais.. Conseqüentemente, configura-se a dependência,

[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 1973, p.135).

Considera-se que o crescimento da industrialização europeia não teria ocorrido sem o auxílio dos meios de subsistência agrários ofertados pelas nações latino-americanas, que corroboram para que as nações industriais se especializarem na divisão do trabalho e na produção de manufaturas. Todavia, essa oferta de alimentos não era suficiente para os países latino-americanos i conformarem-se economicamente como grandes centros do capital (MARINI, 1973).

A América Latina configurou-se a partir de um contexto de dominação e contribuiu para acumulação de capital nas nações centrais,

[...] mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório

da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista (MARINI, 1973, p.138).

A entrada da América Latina na economia capitalista refletiu as exigências de uma transição para a produção de mais-valia extraordinária perante as nações industriais. A mais-valia pode ser conceituada como um resultado da exploração via trabalho assalariado que, teoricamente com base na transformação das condições da cadeia produtiva, condiciona a desvalorização da força de trabalho. Em linhas gerais,

Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores — ou seja, uma mais-valia extraordinária. Dessa forma, essa mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário, mas não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no setor considerado, ou seja, não incide na taxa de mais-valia (MARINI, 1973, 139).

Por tais aspectos, é notório que o aumento da mais-valia ocorre perante uma maior exploração do trabalho e não como uma contribuição à cadeia produtiva. Conseqüentemente,

[...] tão logo como os povos cujo regime de produção vinha se desenvolvendo nas formas primitivas de escravidão, relações de vassalagem etc, se vêem atraídos ao mercado mundial, onde impera o regime capitalista de produção e onde é imposto a tudo o interesse de dar vazão aos produtos para o estrangeiro, os tormentos bárbaros da escravidão, da servidão da gleba etc, se vêem acrescentados pelos tormentos civilizados do trabalho excedente (MARX, 1987).

Percebe-se assim que “o efeito da troca desigual é — à medida que coloca obstáculos a sua plena satisfação — o de exacerbar esse afã por lucro e aguçar, portanto, os métodos de extração de trabalho excedente” (MARINI, 1973, p.149).

Nesse sentido, tal pressuposto ocorre por meio de três mecanismos que incorporam: i) a intensificação do trabalho; ii) a prolongação da jornada de trabalho; iii) expropriação de expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. A partir dos meios de produção na atividade produtiva utiliza-se o uso intensivo e extensivo da força de trabalho com intuito de elevar o valor do capital e conseqüentemente aumentar o grau de exploração do trabalho resultando na superexploração da força de trabalho que ocorre por meio da correlação destes mecanismos e ocasiona o fato de que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor (MARINI, 1973).

Em face desses argumentos, Marini (1973), identifica que a estrutura capitalista das nações desenvolvidas inviabilizou a acumulação interna de capital nos países latino-americanos, isso porque restringiu a produção interna, dada limitação tecnológica e a saída de capitais que tornam o processo de acumulação de modo dependente e subordinado, ocasionando uma maior exploração do trabalhador e agravando as condições internas de cada país. Na economia brasileira, particularmente, ocorreu o aumento da exploração do trabalhador e a intensificação da penetração direta do capital imperialista no setor manufatureiro nacional, tornando-se clara a superexploração da força de trabalho em decorrência do capitalismo dependente.

O capitalismo dependente ocorreu no Brasil por meio da transição do modelo autocrático ao capitalista (LEHER, 2019). Considera-se que o capitalismo dependente,

[...] contém todos os elementos do capitalismo não só em termos de caracteres centrais do “modelo clássico”, mas condições estruturais, institucionais de forma atuante no vir histórico - porém os projeta em um contexto psicológico, socioeconômico e político próprio, que resulta da articulação de dois tipos de dinamismos indicados (e não, como muitas vezes se supõe, de uma imposição inflexível, pura e simples da sociedade nacionais hegemônicas). Por isso o capitalismo dependente está se transformando, seguindo as evoluções das sociedades hegemônicas, sem, no entanto, conseguir mudar o padrão de transformação [...] (FERNANDES, 1972, p.55).

Adicionalmente, para Fernandes (1972), essa articulação dependente tornou-se base para repetir as transformações do capitalismo ocorridas nas demais nações desenvolvidas, bem como, para garantir as expectativas acerca de crescimentos econômicos.

Afirma-se, conforme Fernandes (1972), que essa monopolização dos centros, isto é, das nações desenvolvidas nas decisões pelos círculos sociais e econômicos não somente representa aspectos históricos, mas também permeiam até recentemente, com o propósito de concentrar poder e acumular capital, seja internamente como externamente. Todavia, “essa acumulação de capital, interligada uma associação dependente promove intensificação de dependência e redefinição constante das manifestações de subdesenvolvimento” (FERNANDES, 1972, p.56).

A tentativa do Brasil em fazer parte desses grandes centros tornou-se um tanto quanto errônea, no sentido que emergiu em uma crise burguesa na transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Consequentemente, essa

transição perpetuava-se nas forças acumuladas do capitalismo competitivo que sanariam a autonomia do desenvolvimento capitalista interno (FERNANDES, 2005).

A burguesia nacional potencializou para que ocorresse a convergência da economia de exportação, a expansão do mercado interno e a expansão industrial. Todavia, quando isso ocorre, somente na 'maturidade' da burguesia, pois essa ideia de monopólio, desmembra-se em uma sociedade totalmente explosiva provocando dependência externa, desigualdade social e subdesenvolvimento (FERNANDES, 2005).

Conforme é destacado em relação a burguesia, os nuances históricos segmentaram o regime de classes brasileiro na estamental subsequente, em que a agrário-mercantil, os trabalhadores escravizados e os imigrantes representam as origens ontogenéticas do vir a ser realizado no capitalismo dependente e associado. Fernandes (2005) argumenta que foi o sistema de escravatura que norteou a inserção do Brasil no mercado mundial, sua defesa pela economia interna tornou-se genérica, por ser uma sociedade subordinada e emergente. Em aspectos que tangem a escravatura, a luta pelas classes sociais escravizadas desmembrava-se na classe trabalhadora assalariada (RIBEIRO, 2013; MATTOS, 2009). Descreve-se,

Numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento da classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classes – e os valores e referências – que se desenrolam entre os trabalhadores escravizados e seus senhores (MATTOS, 2009, p. 16-17).

As relações de produção no Brasil eram distintas das condições das demais nações capitalistas em que as medidas por regulamentações trabalhistas resultavam em anos de luta de classes. O regime assalariado originou-se para ajustar os processos de interesses internos, com intuito de aderir o trabalho livre como uma forma de melhorar as condições de acumulação de capital (RIBEIRO, 2013). Salienta-se que,

[...] tal privatismo não foi aqui, portanto, uma consequência da simples adoção de ideias do liberalismo econômico, criadas nas áreas europeias em que se originou a sociedade capitalista. Ao contrário, apenas ajustou, no processo da vida política, as formulações jurídicas do Estado liberal às normas já elaboradas na experiência econômico-social do período escravista (SIMÃO, 1981, p. 59).

Esse novo regime de trabalho pode ter superado as condições de escravatura, entretanto os salários eram abaixo do valor real e não havia contratos que estabelecessem garantias. Por tais aspectos, as lutas da classe trabalhadora se

ampliam, “a reivindicação de normas do direito público restritivas do arbítrio pessoal no estabelecimento do regime de trabalho resultou na ampliação da própria existência social dos assalariados no processo de crescimento da economia urbana” (SIMÃO, 1981, p. 59).

Verificou-se que nessa transição, a nação brasileira necessitava uma transformação que adentrasse a modernidade capitalista congruentemente com a formação de sociedade de classes brasileiras (RIBEIRO, 2013). Todavia, essa ideologia de modernidade não foi desenvolvida por tais classes e sim pela aristocracia internacional de forma dependente e subordinada. Na nação brasileira o “desenvolvimento foi calibrado por pressões externas, não superando a dependência” (FERNANDES, 2005, p. 277), e o estamento dominante aburguesou-se.

Para Fernandes (2005), essa dependência parece-lhe uma dupla conjunção, isto é, a conjunção do subdesenvolvimento interno com a dominação externa. Em que essa dominação ocorria pela extração de excedente via processo de acumulação de capital pelas nações centrais e pelo capitalismo depende e associado formado pela burguesia interna e externa. Marini (2005) corrobora com a visão de Fernandes (2005), destacando que,

o “segredo da troca desigual” estava contido na produção de meios de subsistência nos países periféricos que intensificavam a produção de trabalho excedente pelos trabalhadores escravizados a partir da superexploração dessa força de trabalho, de uso limitado apenas pelas condições físicas dos mesmos. Esses meios de subsistência eram necessários para o rebaixamento do valor da força de trabalho industrial dos países de capitalismo avançado, intensificando-se, de outro lado, a extração de “mais-valia relativa” pela maior produtividade desses trabalhadores (MARINI, 2005, p. 148).

Argumenta-se que as mobilizações desses trabalhadores foram espelhadas, ainda que tardiamente, pelas lutas dos trabalhadores imigrantes. Nesse processo, se por um lado, a burguesia divulgava uma falsa ideologia liberal, por outro, originavam-se as vertentes católicas, socialistas, comunistas e anarquistas da atividade sindical e política também potencializaram as organizações sindicais nascentes (RIBEIRO, 2013).

Em linhas gerais,

as maiores dificuldades do movimento operário em sua história estão calcadas na centralização de sua atuação “setorial e parcial” e o conseqüente “entrincheiramento defensivo”. Dependente de sua subordinação estrutural do metabolismo social do capital, esse movimento foi resultado das experiências históricas com que os dirigentes se confrontaram no processo, mas, sobretudo, resultado das condições objetivas encontradas (MÉSZÁROS, 2003 apud RIBEIRO, 2013, p. 186)

Destaca-se que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não se equipara ao padrão das nações desenvolvidas, pois desde o regime colonial era subordinado a essas nações, aderindo e se conformando a partir de uma condição de dependência (RIBEIRO, 2013).

A partir desse processo de conformação sócio-histórica, é de suma importância que as universidades nacionais elevem o nível e padrão dos conhecimentos produzidos e procurem estancar esse padrão de acumulação que consome os recursos naturais e se utiliza da exploração do trabalho, pois princípios acadêmicos críticos podem interferir nessa ideologia maciça de exploração de bens e serviços. Todavia, isso é possível se os setores produtivos estiverem dispostos a desenvolver a pesquisa e desenvolvimento, aí vem a problemática em que as empresas públicas que já atuaram nesse sistema foram privatizadas ou fechadas (LEHER, 2019), o que somente reafirma a lógica do capitalismo dependente, entreguista e subordinado.

## **2.2 A Universidade no Brasil – dilemas e contradições históricas e do tempo presente**

Como procuramos demonstrar na seção anterior percebe-se que a nação brasileira ainda possui e vivencia dificuldades na implementação da ciência e tecnologia nas universidades, uma vez que, as universidades ainda estão a mercê dos interesses das nações imperialistas, isto é, dependentes da pesquisa e desenvolvimento das nações dos centros econômicos imperialistas.

É notório que as universidades brasileiras estão em posição desfavorável e que expressam certa desqualificação frente as universidades localizadas em países de capitalismo central.

Afirma-se que os dirigentes dos organismos internacionais apresentam-se por meio da força relativa dos países nas relações de poder mundial. Historicamente, as universidades americanas e europeias se abstiveram do contexto universitário brasileiro, pois os docentes sofreram prisões e cassações no período da ditadura (1964 a 1985) concomitantemente com cortes orçamentários. Percebe-se a discrepância interna, histórica que o Brasil, já possuía em termos de universidade, enquanto outras nações já estavam investindo no processo educacional (LEHER, 2019).

Contextualizando, conforme Leher (2019), as universidades brasileiras originaram-se somente três décadas depois da proclamação da República, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (1920), atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Subsequentemente, ao longo dos anos, institui-se a pesquisa universitária - introduzia-se o sistema de industrialização por substituição de importações – consequentemente foram criados o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com o intuito de estabelecer o desenvolvimento científico no país. Algumas frações burguesas instituíram a Universidade de São Paulo (USP) (1934). Tal percurso demonstra o quão elitista desde o seu início, é o processo de constituição e implantação do ensino superior no país.

Subsequentemente, ocorreu a implementação nas universidades federais, peculiarmente, a Universidade de Brasília (UnB), que já defendia as forças sociais (1950-1960), com intelectuais liberais como Anísio Teixeira, pela esquerda trabalhista, como Darcy Ribeiro, por cientistas de renome, por intelectuais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como Celso Furtado e Francisco de Oliveira, bem como por intelectuais vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) com movimento sociais radicalizados, no Paraná o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC-UNE) e, em especial no Nordeste, pelo Movimento de Cultura Popular da Universidade do Recife, com Paulo Freire, e outros semelhantes em curso na região (LEHER, 2019).

Todavia, “a falta de apoio das principais frações burguesas a tal projeto se evidenciou no golpe empresarial-militar de 1964. A primeira ofensiva da ditadura foi reorientar o rumo da universidade, afastando-a de referenciais nacional-desenvolvimentistas” (LEHER, 2019, p.48).

Florestan Fernandes (2020) descreve que o Brasil, contextualmente, pagou um preço alto na esfera do ensino, pois a nação ainda possuía certo conservadorismo e era retrógada no sentido de mudanças educacionais. “a incongruência, a imaturidade ou oportunismo conduzem aos defensores das soluções inovadoras e reformistas por caminhos que não levam, por si mesmos, à universidade nova” (FERNANDES, 2020, p. 169).

Percebe-se nesse caso, que a escola superior e a universidade conglomerada no país são frutos de um contexto histórico-cultural que se adaptou de forma estrutural



e histórica aos interesses e aos valores sociais do crescimento institucional, causando uma escola e universidade falhas. Assim sendo, a universidade somente seria apta ao desenvolvimento sem herança histórica de modelos institucionais, e forjada instantaneamente, com previsões das exigências educacionais e culturais prospectivas. Sem esses pressupostos a educação brasileira não será significativa e independente na civilização industrial, bem como, um fator de desenvolvimento acelerado (FERNANDES, 2020).

Todavia, aparenta-se que o Brasil não visualiza a universidade no longo prazo, com avanços e mudanças inovativas,

O ensino superior brasileiro, em particular, ajustou-se de ao poder de uma estratificação social oligárquica, amolgando-se ao privilégio societário dos profissionais liberais. Por isso no momento em que a evolução gradual para civilização industrial urbano-industrial sai dos trilhos é substituída por uma evolução desorientada e acelerada, e ele se torna, subitamente um lixo inútil. Em toda a parte, as sociedades hegemônicas são forçadas a intervir diretamente. No Brasil, além das organizações canalizadas através de mecanismos internacionais deve-se ressaltar especialmente a maciça interferência estadunidense (FERNANDES, 2020,179).

Cabe salientar ainda que todas as universidades representam consequências dinâmicas a partir do rendimento, não seria um conceito generalizado de universidade para o desenvolvimento, mas sim, um padrão de ritmo de desenvolvimento da sociedade global. Soma-se a isso, estímulos e suporte no poder de comunicação dela com a comunidade global, bem como, um poder de posicionamento crítico, sem ser exógena e aberta a inovações.

Todavia, as universidades não conseguiram essa modernização no ensino – aprendizagem, que favoreceria os alunos, professores e demais atores do processo de aprendizagem. Somente seguiu padrões técnicos e com inovação que favorece as organizações privadas. É nítido que da mesma forma que a nação é dependente a universidade também é, equivalente a situação de que a nação foi subordinada aos ditames do capitalismo dependente, a universidade se enquadrou, melhor dizendo, foi enquadrada nesse sistema.

Em linhas gerais, argumenta-se que a universidade brasileira atingiu características trazidas pelos modelos portugueses no ensino superior, que representou a falta de vitalidade na orientação e equilíbrio na modernização destas (FERNANDES, 2020).

Divergindo dos pressupostos brasileiros, a revolução burguesa nos EUA e algumas nações europeias já implementavam investimentos abrindo projetos dentro

das universidades. A industrialização, no século XIX e início do século XX, ocorreu perante a objetivos e meios nacionais, por estes aspectos o apoio ativo do Estado a grandes universidades agregou um fortalecimento de pesquisas neste. Acrescenta-se que,

Ainda nos dias de hoje, esses Estados alocam grandes somas de recursos em suas universidades. O recente anúncio do governo alemão de recriação da infraestrutura acadêmica do país, aportando bilhões de euros, se soma aos investimentos feitos nos EUA e na China. A Harvard Management Company declara um fundo de US\$ 37,1 bilhões, quase 3 vezes o das 63 universidades federais juntas (LEHER, 2019, p.30).

Enquanto no Brasil, recentemente, foram reduzidos 30% dos recursos, em no qual afetaram três principais universidades federais (Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal da Bahia e Universidade de Brasília), no qual utilizou-se com argumento do governo que essas universidades produziam balburdias e eventos e festas políticas conduzindo um desempenho insatisfatório, sem verificar o coeficiente estabelecido pelo MEC (LEHER, 2019).

Além desse corte, a proposta governamental de Bolsonaro era investir somente nas áreas de veterinária, engenharia e medicina, e não nas humanidades, assim como a cobrança de mensalidades na pós-graduação *stricto sensu*, atualmente gratuita, e indicou que a opção para a expansão da educação superior é o ensino privado que, no Brasil, está sob controle de grandes fundos de investimentos (LEHER, 2019).

Afirma-se que atualmente

A Universidade ainda vivencia, no contexto das disputas ideológicas e operativas, ataques advindos dos diferentes governos e níveis de governos. Em Minas Gerais, os governos estaduais historicamente têm atacado a educação superior pública impondo árduas condições de sobrevivência das universidades estaduais, de realização da atividade docente e de permanência da comunidade estudantil nas instituições de ensino (BERTOLLO; PINTO; CASTRO, 2021, p.78).

Dada tamanha desconsideração ao ensino, um conjunto de ações do MEC resultaram nas duas maiores manifestações contra o governo Bolsonaro, em defesa das universidades e da educação pública: a de 15 de maio e a de 30 de maio de 2019. Em decorrência da Emenda Constitucional n. 95/2016 alcançaram um cenário catastrófico para educação federal e para ciência e tecnologia, e para agravar ainda mais tais situações caóticas, o MEC lançou posteriormente um pacote denominado Future-se (LEHER, 2019; GIOLO, 2020).

O Future-se tem como foco que as instituições deverão ser refuncionalizadas como organizações de serviços, e para isso enfatiza-se o seu autofinanciamento,

desobrigando a união de custear as instituições públicas até então sob sua responsabilidade. Sugeriu-se que os contratos de gestão com Organização Social deverão ser financiados por meio de fundos de investimento negociados, seguindo os pressupostos constitucionais, peculiarmente a autonomia universitária (LEHER, 2019 a;b; GIOLO, 2020).

O lançamento do Future-se, em 17 de julho de 2019, no auditório do Inep em Brasília, foi, sob todos os pontos de vista, espetaculosa. O Blog Meteoro Brasil o chamou de “show de fogos de artifício” (WV1); o professor Fernando Cássio da UFABC disse que o ato “parecia aqueles lançamentos do Steve Jobs... do Iphone... lasers... e todo um aparato pirotécnico” (WV2), e o Blog GGN o denominou de “reality show” (WT8). Efetivamente, o MEC quis fazer um evento grandiloquente, com roupagem futurista e técnica cinematográfica, sem, entretanto, ter os atores qualificados para tanto, causando, por consequência, certo constrangimento na plateia perante o nervosismo e a claudicância dos apresentadores (GIOLO, 2020, p.20).

O Future-se objetiva o fortalecimento e autonomia na gestão das universidades e instituídos federais. O programa, com duração indeterminada, possui três mecanismos, que retratam a gestão, governança e empreendedorismo. Destaca-se que as IFES serão designadas a cumprir as diretrizes de governança insculpidas na lei do Future-se e o sistema de governança a ser indicado pelo MEC; e a assumir o programa de integridade, gestão de riscos, controle interno e auditoria externa programa e, caso haja exclusão, a Ifes pode ser penalizada (LEHER, 2019; GIOLO,2020).

Cabe destacar que não ocorreu uma fronteira rigorosa, no que tange à ciência básica, ciência aplicada, tecnologia e pesquisa e desenvolvimento (P&D) e inovação, todavia, não seria adequado estabelecer políticas que conduzem e transformam as universidades em agências de acumulação de capital como norteavam os pressupostos mencionados pelo Future-se (LEHER, 2019).

Definiu-se que a inovação tecnológica se permeava inicialmente na Ciência e Tecnologia, e conseqüentemente, caso sobressaísse o conhecimento interessado das corporações, dificilmente as potencialidades emancipatórias da ciência e da tecnologia poderiam ser fomentadas. Por tais aspectos, as universidades seriam rotuladas como organizações utilitaristas, inviabilizadas de antecipar seus cenários prospectivos e torna-se viáveis as ideologias da sociedade (LEHER, 2019).

Adicionalmente, as funções básicas das universidades, como a formação integral dos estudantes e, como assinalado, a antecipação de cenários de futuro (recursos hídricos, cidades, energia, epidemiologia, educação etc.), deixaria sua

posição de produção sistemática. A soberania dos povos estaria em risco, isto porque uma empresa local possui determinado domínio em P&D, por hipótese, em fármacos, deverá ser adquirida por uma grande corporação, e assim, gradativamente, o conhecimento poderia ser transferido para a matriz, comprometendo a soberania dos povos (LEHER, 2019).

Corroborando com os postulados de Leher (2019) & Giolo (2020), Bertollo, Pinto & Castro (2021) destacam que os objetivos do Future-se é um total descaso com as instituições públicas universitárias. Inúmeras universidades do país, tal como a UFOP – instituição em que me insiro enquanto estudante universitária, recusaram tal pauta, em decorrência da forma ofensiva que se destinou às universidades e à comunidade universitária.

Fundamenta-se que, o Future-se e outras medidas adotadas recentemente conta o ensino aprendizagem estão longe de ser ideologias sociais e progressistas, dado que estas somente favorece o capitalismo brasileiro.

Esse ataque, descaso, inviabilização da universidade e educação pública críticos e propositivos, caracterizam-se pelos elementos estruturantes do capitalismo dependente, que atualmente são acentuados pelo governo ultra neoliberal de Bolsonaro, considerado como um político, chefe de Estado-Nação de extrema direita, autoritário, antipopular, ferrenho defensor do negacionismo e de estratégias de desmonte da educação pública, tal como o programa Future-se.

Esse retrocesso na ciência, proposto e enfatizado por tal governo conduziu as manifestações contrárias pelas gestões das universidades e seus conselhos universitários, bem como, pelas unidades sindicais e estudantis. O ANDES–SN, não hesitou em ser contrário ao programa, assim as paralizações e greves foram intensas no início do mandato de tal governo, sendo que a situação foi piorando em meados de 2020 em decorrência da pandemia (BERTOLLO, PINTO; CASTRO, 2021).

Conforme a argumentação de Bertollo (2021)<sup>1</sup>, o Future-se foi considerado uma manifestação do capitalismo brasileiro, seguindo os principais postulados,

Desencadear uma trágica mudança estrutural no sistema federal de ensino superior público brasileiro; Por mais que o governo o tenha apresentado como algo de adesão voluntária, esse projeto foi elaborado sem qualquer participação da comunidade universitária brasileira; Desmoraliza o ensino e a pesquisa produzidos na IFES atualmente; Acirra uma guerra cultural-ideológica - deflagrada pelo movimento neofascista; Propõe, acirra o estrangulamento financeiro das IFES, (restrição orçamentária, cortes),

---

<sup>1</sup> Palestra intitulada como “Ataques contra a educação e a universidade pública em tempos de pandemia” Bertollo (2021).

esvazia o papel- 'responsabilidade legal' do Estado no que se refere ao financiamento das atividades de pesquisa e inovação;  
 Propõe a criação de Fundo Soberano do Conhecimento - seria formado e gerido pelas Organizações Sociais e Fundações (ambas de direito privado);  
 Reduz a autonomia administrativa, de gestão e pedagógico-científica;  
 Desorganiza a questão trabalhista (carreira docente, técnicos)- e enfatiza a terceirização.;  
 Acarreta uma Subordinação os objetivos didáticos, pedagógicos e científicos das IFES e de sua direção;  
 Impõe uma lógica de gerenciamento da IFES de fora para dentro, orientada pela lógica privada;  
 Transforma docentes-pesquisadores em micro/pequenos empresários guiados pela lógica do lucro e benefícios individuais – (estímulo à competição interna, entre docentes, pela captação de recursos privados no mercado).;Quebra a unidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Em linhas gerais, o resultado dessas contradições entre o Estado e a autonomia universitária, por suposto, decorre de correlações de forças entre o bloco no poder (e seus objetivos particularistas) e o valor da ciência para o bem viver dos povos (LEHER, 2019, p. 44).

### **3 A PANDEMIA E AS LUTAS SINDICAIS DO ANDES-SN**

Com a pandemia, instantaneamente, elevou-se a atenção para as reformas trabalhista e previdenciária que afetaram tantos dos direitos dos trabalhadores como os próprios sindicatos e formas de organização coletivas. A pandemia afetou uma pluralidade de setores, o atual governo federal que assume uma postura autoritária e que não contribui e auxilia tais setores, atua a partir de uma postura de desmerecimento e rechaço, particularmente, nesse caso, à comunidade universitária pública.

Conforme Sampaio (2021), as empresas, instituições e academias tem reproduzido uma narrativa denominada de um novo “adeus à classe trabalhadora”, (uberização, empreendedor por aplicativos, etc), o que contribui para a estratégia do capital em aumentar o seu poder e tornar o trabalho mais precário e os trabalhadores menos propensos ao enfrentamento dessas condições de exploração, o que afeta diretamente a organização sindical.

Percebe-se, frente a tantas estratégias e ataques contra a organização dos trabalhadores, que o sindicalismo tem buscado reafirmar sua legitimidade como entidade de representação dos trabalhadores em um cenário neoliberal e com o agravante que é a pandemia da COVID-19.

O ANDES-SN foi um dos principais responsáveis pelas lutas contra esse desmerecimento com as instituições públicas e ao ensino remoto. Para o ANDES-SN (2020, p. 8), “a Educação à Distância, não tem a qualidade que se pretende imprimir, na medida em que precariza a atividade docente, não garante a universalidade de acesso para a sociedade e destitui a educação de seu sentido mais pleno”.

### **3.1 A pandemia de covid-19 e os impactos na educação superior pública do Brasil**

Atualmente, a pandemia esclareceu e norteou os pressupostos da precarização do tecido social, as condições materiais e objetivas em que a população brasileira está submergida, peculiarmente no que se refere às respostas a tal questão através de direitos sociais (ALESSI et al.,2021).

A Covid-19 é provocada por um vírus com elevada capacidade de contaminação, no qual sua disseminação no mundo globalizado aumenta substancialmente, em que o controle somente dependerá de vacinas e medicamentos específicos. A solução inicial é o isolamento social, com intuito de reduzir a propagação da doença (ALESSI et al.,2021).

Demonstrou-se que os problemas históricos que perpassam a existência e conformação do Sistema Único de Saúde (SUS) em nosso país aumentaram durante a pandemia, com subfinanciamento, falta de coordenação nacional, gestão altamente fragmentada e até mesmo o desmerecimento do SUS com intervenção militar. O Ministério da Saúde adotou a política neoliberal, não assumiu a compra de respiradores, insumos, equipamentos de proteção individual (EPI) e vacinas (ALESSI et al.,2021).

De acordo com a OMS (2020), o controle da Covid-19 no país é precário, dadas as circunstâncias e as intervenções econômica, social e de saúde que foram-são falhas. A hegemonia do capital no Brasil refletiu em maiores índices da doença na classe trabalhadora, peculiarmente na população mais vulnerável, mesmo com subnotificação de casos de mortes e contaminação.

Observa-se que as notícias sobre os investimentos em pesquisas para a produção de vacinas percorriam-se entre as nações, e assim a população depositava suas esperanças para sair de tal crise. Todavia, mesmo quando forem elaboradas,

não haverá possibilidade de toda a população ser vacinada no curto prazo, e ainda, a população mais vulnerável estará mais exposta ao vírus dadas as questões de sobrevivência serem precárias (ALESSI et al.,2021).

A política negacionista, atualmente, no governo Bolsonaro quanto à ciência afetou distintas áreas, como a educação, saúde, meio ambiente, dentre outras. Havia falácias sobre o tratamento da Covid-19, com informações enviesadas acerca de medicamento, vacina e isolamento social, confundindo a população nacional. A nação continua desmerecendo o quanto a ciência é relevante atualmente, dados apontam que em 2018, somente 35% da população brasileira acreditava na ciência, enquanto a população mundial 72% (EPSJV, 2020).

A ciência neste modo de produção é imbricada e requisitada pelo capital, assim como o trabalho é, conduzindo o processo de produção a partir dos ditames burgueses e não a partir de uma premissa de emancipação do Homem.

É possível atingir conhecimentos muitos úteis à vida e chegar a uma filosofia prática que substituirá aquela filosofia especulativa aprendida nas escolas [...] que nos leve a conhecer a força e os efeitos do fogo, da água, do ar, dos astros e todos os demais corpos que nos cercam [...] Nós poderíamos utilizá-los com a mesma eficiência e para todos os fins a que são adequados e assim nos tornar senhores e possuidores da natureza e contribuir para aperfeiçoar a vida humana (MARX, 1996, p. 445).

Destaca-se, que a pandemia elevou a pobreza e o déficit da atenção em saúde. Afirma-se que somente um sistema público e gratuito de saúde, forte e bem estruturado, tem condição de combater a pandemia da Covid-19. A pandemia “expõe à luz do dia a inoperância e a incapacidade das corporações, especializadas em espoliar as pessoas com o comércio da saúde (ou deveria dizer da morte), de darem respostas à altura do problema” (MACÁRIO, 2020, p.89).

A pandemia viabilizou a inserção de mecanismos de utilização das tecnologias de informação e comunicação interligada ao trabalho remoto nas Instituições de Ensino Superior. Nas instituições públicas, vigorou-se o Ensino Remoto Emergencial (ERE), que desenvolveu aulas via plataformas digitais institucionais ou plataformas privadas, sem assegurar as condições de trabalho (ALESSI et al.,2021).

Os dados apontaram que os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia de Covid-19, enquanto 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas

remotas. Na rede pública, 26% dos alunos que utilizam as aulas online não possuem acesso à internet (AGÊNCIA SENADO, 2020).

Assim permeou-se que,

[...] as sugestões orientam mudanças nos marcos legais para alterações de flexibilizações do trabalho docente, dos currículos, da avaliação, dos métodos de ensino, das certificações, os materiais didáticos e da jornada letiva. Além de se apropriar do agir do docente em seu processo de trabalho, retém o seu saber. Neste sentido, as corporações, como a Google e Microsoft, dominam e fidelizam os clientes professor e aluno na dependência do consumo, agem abertamente para acumular patentes de direitos intelectuais, que são bens de capitais, gastando milhões dentro dessa lógica. Um exemplo disso é a intensificação de empresas que elaboram plataformas de ensino a distância (EVANGELISTA, 2020, p.2).

Por tais aspectos, a equipe docente foi designada à modalidade de trabalho remoto, o que significa pela forma como foi instituído e aplicado nas instituições de ensino, um arremedo do EAD que alterou totalmente as atividades de ensino precarizando-as.

Para Bertollo (2021),<sup>2</sup> o termo “sala de aula” substituiu-se por “dentro casa” (sala, quarto, dentre outros), necessitando de acessos da hipermídia (computador, celulares, tablets). A organização do calendário escolar universitário, a adaptação dos conteúdos de ensino foram alguns aspectos da precarização do ensino. Além do descaso com os educadores e educandos que exigiu uma dinâmica de aulas mais exaustivas, conduzindo a instabilidade das atividades de trabalho, afetando os direitos trabalhistas, como direito de férias que causou danos na físicos e mentais na população acadêmica.

Argumenta-se ainda, que com a adesão ao ensino remoto, a pesquisa e a extensão ficaram ainda mais falhas, pelo fato de que as pesquisas com dados primários foram suspensas, bem como, as teóricas que pela sobrecarga de horário de trabalho dos educadores e educandos foram prejudicadas. A partir desse cenário é importante evidenciar dados que a Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) divulgou. Diz a entidade:

O ensino, a pesquisa e a extensão caracterizam-se como o tripé fundamental para a formação universitária. A indissociabilidade entre esses pilares da formação já se encontrava em processo de descaracterização, mesmo antes da pandemia. Contudo, nesse cenário, essa relação fica ainda mais comprometida. Em relação às atividades de pesquisa e extensão, os

---

<sup>2</sup> Palestra intitulada como “Ataques contra a educação e a universidade pública em tempos de pandemia” Bertollo (2021).



respondentes alegaram que estão sendo desenvolvidas em parte (45,8%); 41,7% indicaram que estão sendo desenvolvidas e 11,5% que estão paralisadas (ABEPSS, 2020, p. 55).

Além desse desmonte universitário e precarização de forma ampla e abrangente, é relevante mencionar que os gastos com internet, energia elétrica, com novos equipamentos para auxiliar as aulas no formato de ensino remoto, o descaso que tange os direitos trabalhistas e os gastos que não foram ressarcidos aos docentes, discentes e técnicos-administrativos, o que contribui para a deterioração da saúde mental da comunidade acadêmica. “É diante desse cenário exigente por demais, que as lutas sociais são travadas e são urgentes e necessárias de serem potencializadas cada dia mais por cada um de nós que pertencemos à classe trabalhadora<sup>3</sup>” (BERTOLO, 2021).

Outro ponto que é mencionado por Bertollo (2021), é que as educadoras mulheres sentiram ainda mais os impactos do ensino remoto por viverem em uma sociedade machista, na qual as mulheres são designadas aos cuidados com seus filhos e afazeres domésticos, situação essa que exigiu que a conciliação do ensino remoto com as atividades domésticas rotineiras dentro de um único ambiente domiciliar.

O impacto nas alterações relacionadas ao trabalho conduz a uma redução entre o tempo da atividade laboral e privada, elevação da individualização do trabalho, redução de relações solidárias e coletivas no espaço de trabalho, distanciamento sindical e desmonte da legislação trabalhista. Esse processo de mudanças fortalece a informalidade, a intermitência, a terceirização, o teletrabalho, o EaD e o ensino remoto (ALESSI et al., 2021, p. 18).

A precarização das condições de trabalho e as formas de contratação da força de trabalho dificultam a fiscalização e a regulação do trabalho e se expressam em adoecimento por problemas osteomusculares, distúrbios gastrointestinais, alterações cardiovasculares, distúrbios de saúde mental e acidentes de trabalho. Também o trabalho docente, cuja realidade já era de intensificação, exploração e tendência ao adoecimento, se agrava com a pandemia (OLIVEIRA et al., 2017).

Acrescenta-se ainda que além desses impactos na saúde biológica, as condições de trabalho inadequadas, a estrutura das aulas, o ensino remoto em si, conduz a uma redução do bem-estar dos docentes, no que tange a saúde mental, como desgaste, exaustão e esgotamento. Argumenta-se, que há a necessidade de

---

<sup>3</sup> Palestra intitulada como “Ataques contra a educação e a universidade pública em tempos de pandemia” Bertollo (2021).

enfrentar a crise sanitária em sua dimensão estrutural, particular e singular (BREILH, 1991). O processo de trabalho na área da saúde deve ser interprofissional, interdisciplinar e intersetorial, incluindo a educação e a ação social, entre outros (ALESSI et al.,2021).

Descreve-se que,

A situação se torna ainda mais preocupante, pois, além do aumento no número de pessoas que precisam de serviços de saúde mental ou apoio psicossocial, houve a interrupção desses serviços em muitos países. Foi necessária a conversão de instalações de saúde mental em instalações de atendimento a pessoas com Covid-19 e, assim, equipamentos públicos, serviços comunitários e consultórios particulares foram afetados com o risco ou até a infecção dos profissionais pelo vírus e pelo fechamento dos serviços presenciais (MENEZES et al., 2021, p.53).

A situação política, econômica, social e os aspectos sanitários foram alguns dos agravos que afetaram a saúde mental e o cotidiano das pessoas durante a pandemia. Afirma-se que “a pandemia afeta a todos, mas de diferentes formas [...]. A quarentena não só torna mais visíveis como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam” (SANTOS, 2020, p. 21).

Considera-se que em todos os níveis de ensino os docentes, já sofrem assédio, seja nas escolas e/ou instituições de ensino superior públicas e/ou privadas, quando se articulam para dialogar e se posicionar sobre as questões educacionais (RAMOS, 2017). Acrescenta-se a isso a precarização das condições de ensino e pesquisa no país e a desqualificação da função docente, dentre outros fatores (COLEMARX, 2020).

Conforme Soldatelli (2020), nos últimos quinze anos, os educadores representaram os maiores números de afastamento do trabalho em decorrência de transtornos mentais. Considera-se que os afastamentos se associam com as condições de trabalho e o processo de adoecimento. Durante a pandemia a preocupação com a qualidade do ensino e cobranças (empregadores, pais e estudantes) demonstram uma sobrecarga horária absurda de trabalho. Assim, esse desgaste configura-se de maneira gradativa na barbarização da educação do país.

Professores, de instituições públicas e privadas, esgotaram-se na preparação de material online e em adaptações do material para ser impresso, isso para também atender a estudantes sem acesso à internet. Com carga horária excedida e forte pressão dos governos e instituições privadas, os profissionais da educação tiveram de se adaptar e inventar maneiras de manter o vínculo com os alunos no período de isolamento social, ao tempo que fosse garantida a aprendizagem.

Para além da dificuldade objetiva do trabalho, houve o comprometimento da privacidade dos docentes, pois plataformas digitais e aplicativos de

comunicação (*Zoom, Meet, Hangouts* e demais ferramentas digitais ligadas às empresas como a Google) passaram a ter acesso aos comportamentos e informações dos profissionais (MORAIS, 2021, p. 241).

A tamanha dedicação poderá não ter retorno favorável em decorrência da limitada conexão entre docente e discente, além da dificuldade dos familiares em auxiliar e monitorar seu filho, dada a falta de estrutura e ambiente para estudo em casa, e uma pluralidade de deficiências para o ensino-aprendizagem (ANDES, 2021).

A sobrecarga dos docentes associa-se também pelo fato que as famílias agora possuem o WhatsApp, e-mail, número de telefone e tudo mais dos professores. Todavia, não é intencional, mas sim, porque necessitam de explicações, sanar dúvidas, pedir orientação etc. Divergente do presencial que, explica-se, orienta-se, tira-se dúvidas, avalia-se de forma coletiva, o ensino remoto é explicado de forma individual utilizando o tempo todo do educador causando um desgaste emocional destes (ANDES, 2021).

[...] para existir a escola, não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão e assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que nós convencionamos chamar de saber escolar (SAVIANI, 2011, p. 17).

Conforme Savani & Galvão (2021), não ocorre uma forma exclusiva de ensinar e aprender e as formas restringem-se quando estamos diante de um modelo em que a aula virtual – atividade síncrona –, que se desdobra em atividades assíncronas, oferece pouca (ou nenhuma) alternativa ao trabalho pedagógico. O “ensino” remoto representa com pouco ensino, pouca aprendizagem, pouco conteúdo, pouca carga horária, pouco diálogo. Em contrapartida, tem-se muitas tarefas. Do lado dos alunos, estes supostamente passam a ser “autônomos” e vão em busca do próprio conhecimento, assoberbados com a multiplicação de leituras, vídeos, podcasts, webinários etc.

Em linhas gerais, no *home office*, percebe-se a indefinição de horários de trabalho, a invasão da privacidade do trabalhador, a superexposição de sua imagem e apropriação pelos empresários educacionais do conteúdo de suas aulas (aulas gravadas que podem ser replicadas a qualquer tempo a um sem-número de estudantes) (MENEZES et al., 2021)

### 3.2 O Andes - SN

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) é um sindicato brasileiro, com sede em Brasília (DF) e seções sindicais nos locais de trabalho, que representa professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no país. É filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas) (ANDES, 2013).

Instituiu-se em 19 de fevereiro de 1981 na cidade de na cidade de Campinas (SP), nomeada anteriormente como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), após sete anos, em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior o ANDES-SN (ANDES, 2013).

Apesar da pressão sob regime empresarial-militar (1964-1985), a ANDES-SN teve como objetivo não separar o trabalho acadêmico da realidade social, na prática, a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores. Esse posicionamento interligou o cotidiano dos educandos, e inseriu uma discussão no que tange a aspectos como: terra, classe, etnia e gênero, para além de questões ligadas à educação, à ciência e tecnologia, ao sindicalismo e à própria organização dos professores (ANDES, 2013).

Por tais defesas, atualmente, o ANDES-SN possui 11 grupos de trabalho que subsidiam a diretoria na discussão desses temas. Suas medidas para as instituições universitária brasileira foram vinculadas em decorrência de problemas históricos vivenciados pela maioria dos trabalhadores e enfrentados por inúmeros movimentos sociais que reivindicam emprego, transporte, moradia, terra, educação e saúde. O movimento docente constituiu-se na relação permanente com as experiências de outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros(ANDES, 2013).

Estruturalmente, O ANDES-SN rompeu com a estrutura sindical autoritária, implantada no Brasil na década de 30, e se consolidou pela organização de base nos locais de trabalho. É um sindicato nacional com seções sindicais nos locais de trabalho. É uma entidade autônoma em relação a partidos políticos. Sua estrutura é formada pela diretoria nacional, diretorias regionais e seções sindicais, que possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativa, com regimento geral e diretoria própria. Todas as decisões são deliberadas pela base, que elege

democraticamente todos os dirigentes. O sindicato é mantido pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, sem taxa sindical compulsória (ANDES, 2013)

O ANDES-SN conta com quase 70 mil sindicalizados de instituições de ensino superior e institutos de educação básica, técnica e tecnológica e está representado em todo o território nacional pelas suas 121 seções sindicais(ANDES, 2013).

Os compromissos da ANDES/SN norteiam-se em:

Lutar pela educação pública de qualidade, pela valorização do trabalho docente e pela autonomia das instituições públicas de ensino superior; Lutar pela universalização do acesso à educação superior pública e gratuita, com garantia de permanência; Lutar pelo espaço público para produção de conhecimento; Reforçar a unidade da classe trabalhadora no Brasil, internacionalmente e, em particular, na América Latina; Lutar contra toda forma de cerceamento à liberdade de organização sindical e de expressão; Lutar contra as reformas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores, especialmente a reforma universitária privatizante; Combater todas as formas de mercantilização da educação(ANDES –SN, 2013, p.17 -19).

Cabe salientar, que o ANDES-SN também defende as seguintes premissas, conforme o Caderno n. 2, ANDES-SN (2013),

Manutenção e ampliação do ensino público gratuito e de qualidade socialmente referenciada; Autonomia e funcionamento democrático das universidades públicas e de direito privado, com base em colegiados e cargos de direção eletivos; Estabelecimento de um padrão unitário de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas universidades; Carreira única para os docentes das instituições de ensino superior;

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas; Criação de condições de adequação da universidade à realidade brasileira; Garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade e no exercício das funções e atividades acadêmicas; Garantia do direito à liberdade de organização sindical em todas as instituições de ensino superior(ANDES-SN,2013, p.11).

Contextualmente em relação às principais realizações do ANDES - SN, descreve-se que desde os últimos 35 anos, o ANDES-SN vem atuando não somente na defesa permanente da universidade pública e contra a precarização do trabalho docente. Teve participação ativa nas lutas pela redemocratização do país no início da década de 80 (Diretas Já!), anistia aos presos e exilados políticos e pela Constituinte 1986/88 (ANDES, 2013).

Destaca-se pela participação, com outras entidades, a criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que desenvolveu proposições para a Constituinte de 1986-88, apresentou propostas para a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB) e, posteriormente, no final da década de 90, elaborou o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (PNE), que reivindicava aumento do orçamento da educação pública. Ainda na década de 90, o ANDES-SN teve papel de destaque na luta contra as privatizações neoliberais, tanto na educação quanto em outras áreas (ANDES, 2013). Na década de 2000, o ANDES-SN empreendeu diversas lutas. Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003 tem-se uma explicitação do processo de cooptação de sindicatos e movimentos sociais. Coerente com suas posições, o ANDES-SN rompe com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 2005, após o processo de aprovação da Reforma da Previdência, que retirava mais direitos dos trabalhadores (ANDES, 2013).

Essa posição se consolidou com a filiação à Conlutas, deliberada pelo 26º Congresso do ANDES-SN, realizado em Campina Grande (PB) em março de 2007. Em 2011, na cidade de Uberlândia (MG), em seu 30º Congresso, o Sindicato Nacional referendou sua filiação à nova Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas) (ANDES, 2013).

Os encontros continuaram de maneira incessante com o objetivo de defender e lutar pela educação. O último congresso 39º, antes da pandemia, foi em fevereiro de 2020, em São Paulo, no qual tinha como temática “Por liberdades democráticas, autonomia universitária e em defesa da educação pública e gratuita” (CIRC 394, ANDES-SN,2020).

Subsequentemente, o ANDES-SN empreende campanha contra o projeto de Reforma Universitária do governo federal e suas implicações, tais quais o aumento das parcerias público-privadas dentro das universidades por meio das fundações ditas de apoio. Em 2014, o ANDES-SN, junto a outras entidades sindicais e ao movimento estudantil, organiza o I Encontro Nacional de Educação (ENE), no Rio de Janeiro (RJ), reafirmando a posição do Sindicato Nacional em defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada ((ANDES, 2013).

Cabe destacar que o ANDES-SN já participou e contribuiu para a realização do III ENE, realizado em abril de 2019, como continuidade da atuação do na frente da luta pela educação. Esse evento teve como temática “Por um Projeto Classista e Democrático de Educação” e ocorreu em Brasília, na Universidade de Brasília (UnB) (Circ 058, ANDES-SN, 2019).

O III Encontro Nacional de Educação tinha como foco central a elaboração de um Plano Nacional de Educação, que se alinhasse ao interesse dos trabalhadores e

não ao mercado financeiro. O encontro promoveu um inicial debate com três grandes educadoras, Maria de La Luz Arriaga (México), Nara Cladera (França) e Virgínia Fontes (Brasil), acerca do tem “Capitalismo e Educação – Lutas internacionais e nacionais pela educação pública” (ANDES –SN, 2019).

O posicionamento de Maria de La Luz Arriaga foi reafirmando a crítica ao neoliberalismo, uma vez que este foi o principal condutor da crise global, isto porque querem explorar riquezas em tudo o que ainda resiste, desde os direitos trabalhistas e sociais até os recursos naturais. Para ela essa ganância capitalista vem causando miséria, desemprego e caos social. E a educação encontra-se a mercê de disputas hegemônicas com intuito de transformá-la em estratégica para o exercício do poder. Conseqüentemente, o sistema capitalista articula a destinação de recursos públicos para a educação privada, ataques aos sindicatos, docentes e estudantes, e ataques à autonomia universitária (ANDES –SN, 2019).

Subseqüentemente, a professora Nara Cladera argumentou que a reforma do Estado está no centro de todos os governos a serviço do capital e que atualmente os governos brasileiros que afirmam ser os chamados “socialistas” ou “de esquerda” também contribuíram com a privatização da educação. Para a educadora não é possível separar a luta antfinanceira da anticapitalista (ANDES-SN, 2019).

A educadora Virgínia Fontes afirmou que é preciso observar as contradições intraburguesas, fazer a conexão entre extração de mais valor e política. Não é porque a proposta ainda não foi aceita pelo Ministério da Educação e que, teoricamente, diverge das propostas conservadoras de Bolsonaro, que ela nos contempla. Uma das coordenadoras do projeto declarou que o ‘Todos pela Educação’ é resultado da união de diversos setores em torno da escola pública, estabelecendo consensos e cláusulas pétreas raras. Mas a proposta é inteiramente empresarial (ANDES -SN).

Verifica-se, a partir dos debates travados no III ENE que a democratização da educação e a preservação da identidade do ensino público são bandeiras de luta urgentes, uma vez que as estratégias voltadas ao capital estão cada vez mais próximas em alcançar seus objetivos, quais sejam: desintegrar o ensino público e transformá-lo em uma mercadoria ofertado e comercializado pelas empresas privadas.

#### 4 ANÁLISE DAS REUNIÕES DE SETOR DO ANDES - SN NO PERÍODO DE MARÇO DE 2020 A MARÇO DE 2021

Neste item procuraremos refletir mais especificamente acerca do tema deste TCC: A luta sindical do Andes - SN no período da pandemia (de março de 2020 a março de 2021), para tanto nos debruçaremos a explicitar e refletir sobre as reuniões de setor que aconteceram ao longo deste primeiro ano de pandemia, e que requereu uma intensa reorganização das ações e funcionamento do ANDES, das suas instâncias deliberativas e organizativas.

##### 4.1 Análise da Primeira Reunião do ANDES - SN – 03/2020

Nas datas de 14 e 15 de março de 2020 reuniram-se os integrantes do ANDES - SN de forma presencial, com intuito de discutir cinco pautas, que focalizavam em dialogar sobre o posicionamento dos docentes frente a greve, bem como o fechamento provisório das Universidades diante da pandemia doo Coronavírus. Assim, cada universidade posicionou-se sobre tais pautas.

Na Tabela 1, define-se de forma sintetizada o que ocorreu durante essa reunião e suas conclusões finais.

Tabela 1 – Reunião do ANDES - SN - 03/2020

Pautas	Discussão das Pautas	Encaminhamentos das Pautas
1. Análise de conjuntura; 2. Avaliação dos blocos de carnaval – 8M; 3. Informes sobre AG (greve da educação dia 18/03); 4. Análise da greve da categoria docente (indicativo de greve); 5. Outros Assuntos; 6. Encaminhamentos.	- Analisou-se quanto a conjuntura, foram abordados temas macroeconômicos, como crise no capital durante pandemia e crise nacional, bem como a postura do SUS frente ao Coronavírus e fechamento temporário das Universidades durante a pandemia. - Discutiu-se sobre a adesão e a construção da greve e os votos favoráveis e contrários. - Mobilizou-se a categoria sobre a greve. - Não abordou-se sobre o Carnaval em decorrência dos acontecimentos.	- Exigiu-se que o governo providencie atitudes frente a integridade física da categoria. - Definiu-se sobre a importância das pesquisas das Universidades frente a pandemia, bem como fortalecer o SUS. - A maioria da categoria está disposta a greve. - Fechamento provisório das Universidades frente ao Coronavírus. - Não teve outros assuntos.

Fonte: A autora.

Acrescenta-se ainda que a reunião conjunta dos setores das IFES e das IEES/IMES do ANDES, destacou a solidariedade à(o)s técnico(a) administrativo(a)s e demais colaboradores terceirizado(a)s das universidades que estão sendo tratados



de forma desigual aos docentes nesse período de pandemia, bem como, a suspensão das atividades universitárias de todas as categorias nesse período.

Ademais, posicionou-se que o novo Coronavírus trará à nação brasileira um aprofundamento da crise do capital e descaso em relação à vida dos trabalhadores brasileiros. Concomitantemente a essa discussão do ANDES-SN, voltamos aos postulados de Marx (1987) e também reproduzidos por Marini (1973) quando explicita a particularidade do capitalismo latino-americano, em que destacam sobre a mais-valia, sobre a exploração da força de trabalho a partir da condição de assalariamento, nas transformações das condições da cadeia produtiva e na direta desvalorização da força de trabalho. Essa afirmação é notória antes mesmo da proposta de Ensino Remoto.

Também se evidenciou que o vínculo entre o SUS e as Universidades fortalecerá o potencial tecnológico, científico e acadêmico das instituições públicas do Brasil, com o intuito de promover o bem-estar nacional. No entanto, destacamos que por mais otimistas que as reuniões do ANDES – SN demonstraram ser sobre esse processo científico, com o governo autoritário e o ensino remoto só decaiu a realização de pesquisas, conforme foi destacado pela ABEPSS.

#### **4.2 Análise da Segunda Reunião do ANDES - SN – 04/2020**

Ocorreu no dia 17 de abril a reunião conjunta do ANDES- SN, de forma virtual, com o intuito de dialogar sobre quatro pautas, conforme Tabela 2, cabe salientar que nas assembleias de cada uma das 29 seções presentes nessa reunião havia sido discutido nos dias anteriores. Essa reunião objetivou delinear aspectos voltados principalmente em defesa dos salários descontados frente a pandemia, como também sobre o descaso à saúde pública e a procedência das aulas EAD.

Tabela 2 – Reunião do ANDES - SN - 04/2020

Pautas	Discussão das Pautas	Encaminhamentos das Pautas
1. Informes das Seções Sindicais; 2. Informes Nacionais; 3. Conjuntura; 4. Ações políticas e de solidariedade no período da pandemia.	1) Dialogou-se em cada das 29 seções sindicais as pautas pré-estabelecidas; 2) Quanto aos informes nacionais solicitou-se formações de chapas durante o Covid-19, avaliou-se o quadro de isolamento social, acionou-se frente ao governo federal que retirou adicionais ocupacionais e auxílios durante o período de pandemia e discutiu-se sobre lives semanais; 3) Quanto a conjuntura, abordou-se que ainda estamos em crise nacional que desfavorece a categoria, defendeu-se sobre a vida acima de lucros, bem como o SUS e avanço tecnológico correlacionados e como as aulas EAD seriam falhas quando iniciadas e destacou-se à violência doméstica nos tempos de pandemia. 4) Ações políticas e de solidariedade no período da pandemia nortearam em defender o isolamento e a vida, divulgar as pesquisas universitária sobre o tema, estimular ações sobre saúde mental, reforços no SUS, solidarizar com todas as categorias de colaboradores, apoiar o auxílio emergencial a população carente, dentre outros aspectos que viabilizam o bem-estar da população nacional.	- Defende-se à todas categorias protocolando ao governo federal, fortaleceu o apoio ao SUS e a saúde pública; - Quanto as aulas EAD a maioria foi contra, apesar de estar em ensino remoto, pois afirma ser um ensino dissipado e o ensino-aprendizagem falho, fortaleceu sobre a saúde mental. - Apresentaram notas de repúdio ao Ministro da Economia e Governo Federal, dadas as circunstâncias da crise política, econômica e do bem-estar da população frente ao Covid-10. - Definiu-se lives com o setor jurídico e seções do ANDES-SN. - Conduziu-se que fosse divulgado nas redes sociais o descaso governamental.

Fonte: A autora.

Ressalta-se que nessa reunião a discussão foi baseada principalmente sobre as ações políticas e de solidariedade no período da pandemia, que aparentam estar sendo ocultadas, não realizadas pelo governo federal e ministros, considerado um descaso pelos integrantes das seções, dada a situação árdua de sobrevivência da população brasileira.

A pandemia eleva-se na pobreza e no déficit da atenção em saúde. Somente um sistema público e gratuito de saúde, forte e bem estruturado, tem condição de combater a pandemia da Covid-19 (MACARIO, 2020), por mais verídico que sejam tais argumentações o governo não demonstrou interesse de imediato em ver a gravidade da situação que a nação estava pensando em termos de saúde, nem propôs saídas concretas e eficazes.

### 4.3 Análise da Terceira Reunião do ANDES - SN – 05/2020

No dia 29 de maio de maio realizou-se a reunião conjunta do Andes - SN, com o intuito de discutir sete pautas, que anteriormente tinham sido discutidas pelas seções sindicais. Essa reunião baseou-se nas situações caóticas vivenciadas pelos trabalhadores e sobre como proceder com assistência jurídica, bem como, pautou as atividades através do trabalho remoto e sobre a suspensão do calendário acadêmico, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Reunião do ANDES - SN - 05/2020

Pautas	Discussão das Pautas	Encaminhamentos das Pautas
1 - Informes nacionais; 2 - Conjuntura; 3 - Pedido de impedimento do Bolsonaro; 4 - Adiamento do ENEM; 5 - Luta contra EaD; 6 - Trabalho Remoto; 7 - Ações de Solidariedade no período de pandemia; 8 - Eleições para reitor(a) nas IES.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocorreram diversas <i>lives</i> propostas por cada uma das seções com temas como o combate ao novo coronavírus, os sindicatos e o enfrentamento do governo Bolsonaro, os desafios da educação especial durante a pandemia da Covid-19;</li> <li>-Definiu-se a abertura de espaço para textos de docentes no site do sindicato;</li> <li>- Criou-se uma aba no site do sindicato para informações sobre a Pandemia;</li> <li>- Apresentou-se a assessoria jurídica;</li> <li>- Registrou-se de “trabalho remoto – Covid-19” como “afastamento”;</li> <li>- Discutiu-se sobre a suspensão do calendário acadêmico;</li> <li>- Eleições canceladas dadas as circunstâncias do Covid-19;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definiu-se a relevância de criar um disque denúncia que fortalecesse a assistência aos trabalhadores nacionais, principalmente aqueles que estão vulneráveis durante a pandemia;</li> <li>- Aprofundou-se sobre a relevância de estratégias jurídicas para que o regramento não se aplique às universidades ou à atividade de ensino, pesquisa e extensão;</li> <li>- Definiu-se que o lançamento de afastamento das atividades meses de março e abril e trabalho permanecesse;</li> <li>- Encaminhou-se um pedido ao CEPE para suspensão do calendário;</li> <li>- Prorrogação do mandato do reitor.</li> </ul>

Fonte: A autora.

Nota-se, que o ANDES/SN expõe suas preocupações com a situação das IFES, não reduzindo o debate e preocupações somente acerca da condição laboral dos docentes, mas também, com a necessidade de assistência aos demais trabalhadores, e nesse sentido, aponta para a necessidade de conduzir ações de solidariedade às famílias em situação de fome, apoiando e reivindicando o pagamento de auxílio emergencial para estes.

O ANDES/ SN defende que as aulas remotas afetaram o currículo nacional e da Educação Pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, laica, universal, antipatriarcal, antissexista, anticapacitista e antirracista. E ainda defende o

ensino presencial como forma hegemônica de modelo de ensino, que possa garantir, entre outros, a interação social real.

Fica explícita a defesas e luta do ANDES-SN contra o Ensino Remoto, pois este inviabiliza todos os pressupostos de um ensino de qualidade. Considerou-se que o Ensino Remoto nada mais é que um arremedo do ensino EAD, isto é, um ensino falho que além de não contribuir para o ensino- aprendizagem, acabou com a saúde mental dos docentes e discentes. Conseqüentemente, acentuou os processos de exploração do trabalho dos docentes, os direitos constitucionais ocultados destes, os gastos não ressarcidos pelo governo, isto é, uma pluralidade de ações que dificultaram o acesso a uma educação de qualidade e um apoio aos trabalhadores que a realizam.

#### 4.4 Análise da Quarta Reunião do ANDES - SN – 06/2020

No dia 25 de junho de 2020, ocorreu a reunião conjunta de forma virtual,, na qual define-se somente uma pauta: prorrogação do mandato da diretoria do ANDES - SN.

Tabela 4 – Reunião do ANDES - SN - 06/2020

Pautas	Discussão das Pautas	Encaminhamentos das Pautas
- Prorrogação do mandato da Diretoria Nacional do ANDES-SN.	- Descreveu-se sobre a prorrogação da atual gestão dada a pandemia; - Dialogou-se sobre as propostas dos representantes da base do sindicato, para serem discutidas na reunião da Diretoria Nacional que ocorreria no dia seguinte para decidir o formato do CONAD Extraordinário on-line;	- Prorrogação por 60 dias a gestão atual;

Fonte: A autora.

Ademais, algumas unidades afirmaram a relevância dessas reuniões mesmo que em plataforma online, nesse período de pandemia, e como essa plataforma será relevante na discussão sindical voltada aos temas e vulnerabilidades acadêmicas frente à pandemia.

#### 4.5 Análise da Quinta Reunião do ANDES - SN – 07/2020

Em 2 de julho de 2020, ocorreu uma reunião conjunta, também de modo virtual com cinco pautas. Nessas, objetivava-se argumentar sobre o desgoverno nacional, como também, estratégias de um ensino remoto que contribua para o ensino-aprendizagem e não se torne falho, dada a falta de tecnologias nacionais, conforme é descrito na Tabela 5.

Tabela 5 – Reunião do ANDES - SN - 07/2020

Pautas	Discussão das Pautas	Encaminhamentos das Pautas
1. Informes; 2. Conjuntura; 3. EaD e Trabalho Remoto; 4. Lei no 14.010/2020 e as Assembleias Online; 5. Outros assuntos.	1) Na questão dos informes a movimentações sociais com o tema “fora Bolsonaro”, e destacou-se sobre a 8º CONAD Extraordinário online; 2) Em conjuntura, foi descrito sobre esse impasse do Andes e governo Bolsonaro, como também a recessão econômica e o auxílio emergencial; 3) Afirmou-se que aula EAD é diferente de trabalho remoto; 4) Quanto a Lei nº 14.010/2020 e as Assembleias On-line, ressaltou-se que a preocupação com as assembleias on-line, que não consta no estatuto do ANDES-SN, mas há respaldo de Assembleia Geral on-line, previsto na Lei nº 14010/20 vigente até 30 de outubro de 2020; 5) Não houve outros assuntos.	- Fortaleçam o diálogo com as bases, realizando assembleias e/ou plenárias virtuais; - Construir estratégias para intervir politicamente no processo de implementação do ensino remoto, em defesa de garantias de estrutura para combater a exclusão de discentes e a sobrecarga de trabalho docente, nas instituições nas quais a política esteja em andamento; - Seguir denunciando a forma antidemocrática; - Defender a educação presencial explicitando a insuficiência das ferramentas tecnológicas;

Fonte: A autora.

Durante a reunião do ANDES – SN definiu-se algumas estratégias para o ensino-aprendizagem da unidade públicas como: respeito a liberdade de ensinar e aprender de forma crítica e construtiva, condições adequadas e salubres aos docentes, visão prospectiva de um ensino remoto adequado a médio prazo que contribua para o ensino público.

Nota-se que apesar do ANDES, ser totalmente contrário ao Ensino Remoto, propôs diversas formas de melhoria para o ensino-aprendizagem nessa plataforma, entretanto o desgoverno continua negligente quanto a isso. O descaso às universidades públicas ocorre historicamente. A dependência do âmbito da pesquisa e ensino às nações centrais-imperialistas sempre foi notória, como é o caso de publicações e rankins mundiais de periódicos científicos.

Sem levar em conta, o quanto a nossa nação é conservadora em termos de melhorias e inovações, estagnada é o termo adequado, isto é, não está preparada para as mudanças que devem ocorrer com o tempo. Conforme já abordava Florestam

Fernandes (2020, p. 169) “a incongruência, a imaturidade ou oportunismo conduzem aos defensores das soluções inovadoras e reformistas por caminhos que não levam, por si mesmos, à universidade nova”.

Se contextualmente a educação nacional é retrógrada, dependente e subordinada aos interesses do capital, em época de pandemia e com um governo totalmente autoritário e que rechaça características básicas de uma educação pública de qualidade, a situação só piora e se agrava. O Future-se é um dos exemplos de que o governo queria utilizar as universidades como mercadoria e aumento de capital. Como ressaltavam Giolo & Leher (2021) o programa, com duração indeterminada, possui três mecanismos, que retratam a gestão, governança e empreendedorismo, sendo uma das formas mais ofensivas declaradas à comunidade universitária.

#### 4.6 Análise da Sexta Reunião do ANDES- SN – 08/2020

A reunião conjunta dos setores das IFES e IEE/IMES, efetivada virtualmente, nos dias 27 e 28 de agosto de 2020, pré-estabeleceu oito pautas que visavam principalmente a conjuntura das seções, definição de representantes e crítica ao ensino remoto, conforme apresentamos na Tabela 6.

Tabela 6 – Reunião do ANDES - SN - 08/2020

Pautas	Discussão das Pautas	Encaminhamento das Pautas
1. Informes das Seções Sindicais (Anexo II); 2. Informes Nacionais; 3. Conjuntura; 4. Ensino Remoto; 5. Imposição do retorno das atividades de ensino presencial; 6. Resoluções do 8º CONAD Extraordinário; 7. Encaminhamentos; 8. Outros assuntos	1) Designação de um representante nas seções sindicais, os informes dever ser relatados antecipadamente, propostas de encaminhamento devem ser realizadas por escrito; 2) Descrição sobre as lutas sociais a serem realizadas, preparação dia da nacional das lutas, encontros, setores e cortes. 3) Discussão sobre o impeachment do presidente dada a crise sanitária; 4) Discussão sobre a estagnação do presidente frente aos recursos dos servidores e assim a luta contra a precarização da educação via ensino remoto. 5) Discutir sobre uma possibilidade de demanda de uma greve sanitária tendo em vista a possibilidade do retorno presencial das aulas, dada a precarização do ensino remoto; 6) Centralizar na recuperando as resoluções do 8º CONAD Extraordinário, no qual consiste em uma prorrogação da atual diretoria, a Comissão Eleitoral Central	1) Por meio das seções, pressionar os parlamentares a votarem contra o corte nas verbas da educação; 2) Defesa do ensino presencial e contrário ao ensino remoto; 3) Que o ANDES-SN e as seções sindicais combatam a precarização do trabalho docente e defendam que as instituições garantam as condições de trabalho do ensino remoto em caráter emergencial; 4) Que as seções sindicais debatam formas de resistência ao retorno de atividades presenciais nas universidades públicas, Institutos Federais e CEFET, sem a garantia das condições sanitárias.

	<p>responsabilizará sobre o regimento e calendário eleitoral, as eleições deverão ocorrer no ano corrente;</p> <p>7) Outros assuntos constituíram-se em a conjuntura das seções sindicais fossem pré-estabelecidas e fazer reuniões virtuais conforme eram realizadas as presenciais.</p>	
--	---	--

Fonte: A autora.

A ideia é que as reuniões do ANDES - SN sejam bem estruturadas e que as reivindicações sejam claras. Nota-se que os integrantes estão cada vez mais divergentes no que tange ao ensino remoto, dada a precariedade de ensino e questões como a redução salarial dos servidores. E ainda, defendeu-se o isolamento social até o momento em que as organizações de saúde sinalizarem a possibilidade de retorno presencial das atividades acadêmicas.

Quando abordamos sobre esse possível reajuste salarial dos servidores percebe-se quanto o contexto laboral da comunidade universitária tem se precarizado ao longo dos tempos. Tal contexto, reitera os três mecanismos da superexploração da força de trabalho apontados por Marini (2005), sendo eles: i) a intensificação do trabalho; ii) a prolongação da jornada de trabalho; iii) expropriação de expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

Além dessa precarização nas condições de trabalho, nesse período de pandemia, os salários dos docentes continuaram estagnados, no qual se desmereceu que esses estavam trabalhando em casa e necessitando de materiais didáticos e equipamentos (computadores, celulares, dentre outros recursos da hipermídia). O custo de vida nesse período pandêmico também se elevou, no qual os preços dos alimentos aumentaram gradativamente, dado que este não corrobora com a estagnação dos salários dos docentes. “A educação cabe promover a cidadania e a democracia, e não o adoecimento e a segregação (MORAES, 2021, p.232).

#### 4.7 Análise da Sétima Reunião do ANDES- SN – 12/2020

A sétima reunião conjunta do ANDES/SN ocorreu no dia 08 de dezembro de 2020, virtualmente, com o intuito de discorrer cinco pautas, que estão descritas na Tabela 7. Essa reunião, em linhas gerais, atualizou os fins burocráticos, como também a importância dos eventos sociais, e ainda, a discussão pautou-se sobre o ensino remoto.

Tabela 7 – Reunião do ANDES - SN - 12/2020

Pautas	Discussão das Pautas	Encaminhamento das Pautas
1. Informes; 2. Ataques à autonomia e as intervenções nas Universidades, Institutos e CEFET; 3. Ensino Remoto e retorno em 2021; 4. Controle Eletrônico de Ponto para EBTT e Portaria 983/20 (18/11/2020); 5. Encaminhamentos.	1) Iniciou-se destacando que os sindicatos continuarão firmes na luta e na resistência; 2) É relevante que ocorra a reunião conjunta e o trabalho coletivo para enfrentarmos esse cenário; 3) Considerou-se os ataques em todas as dimensões de nossas vidas e que estes afetam as pessoas de modo desigual; 4) Atualizou-se sobre transição dessa Diretoria foi diferenciada, por conta da pandemia da COVID-19; 5) Acrescentou-se sobre o ensino remoto e presencial os pontos fracos de ambos; 6) Apresentou-se a necessidade das lutas sociais, mas com proteção sanitária adequada; 7) As atividades presenciais em Brasília (DF), teremos uma apresentação de peça teatral e ato público com falas das entidades; 8) Respalparam-se ainda outras ações, a exemplo da nota da Diretoria no que tange à lista de “detratores do governo”, informando que temos docentes da base do ANDES-SN nessa lista.	1) Destacou-se o ANDES-SN e as Ssind., em conjunto com as entidades da Educação, promovam ações nacionais e locais de mobilização em defesa da autonomia e contra as intervenções nas IES; 2) Apresentarem-se nas Semana da Autonomia, com cartazes, sites, blog, etc. 3) Articular nacionalmente para criação de um Comitê Contra as Intervenções nas Universidades, 4) Debater a greve sanitária atendendo à deliberação do 9º CONAD Extraordinário; 5) Avaliar o envolvimento do Sindicato Nacional em uma campanha pela vacinação em massa no país; 6) Incorporar à pauta de lutas da semana de mobilização de 14 a 18/12/2020;

Fonte: A autora.

Acrescenta-se ainda, que o ANDES-SN nessa sétima reunião, deveria ter um posicionamento mais conciso no que tange a divergência contra a possibilidade de retorno as atividades presenciais, dado as restrições e medidas sanitárias do período pandêmico, assim construindo uma greve sanitária, no qual a pauta seria em defesa da saúde. Outro aspecto dessa reunião é o questionamento as reitorias quanto a



formatura dos discentes. E principalmente o relato sobre o ensino híbrido que conduz uma quebra nos currículos, bem como uma defasagem ao ensino aprendizagem.

#### 4.8 Análise da Oitava Reunião do ANDES - SN – 02/2021

A oitava reunião conjunta do ANDES - SN ocorreu no dia 06 de fevereiro de 2021, virtualmente. A primeira reunião de 2021 teve como objetivo desenvolver cinco pautas, nas quais constituíam basicamente a greve sanitária e preocupações sobre a pandemia *versus* educação.

Tabela 8 – Reunião do ANDES - SN - 02/2021

Pautas	Discussão das Pautas	Encaminhamento das Pautas
1. Informes; 2. Avaliação do resultado da rodada de Assembleias Gerais da categoria, realizada entre 09/12/2020 e 05/02/2021; 3. Encaminhamentos; 4. Outros assuntos.	1) Destacou-se sobre a participação do ANDES-SN nos atos em 2021: pauta unificada em defesa da vacina gratuita para todos/as, fora Bolsonaro, discutiu-se, também, a necessidade de recompor os orçamentos das IES, como também propostas da campanha comemorativa dos 40 anos do ANDES-SN; 2) Discutiu-se que se apontasse a conjuntura na tentativa de que seja apresentada a situação nas Seções Sindicais; 3) Afirmou-se sobre a dificuldade de elaborar as Assembleias dado as férias e sistema online; 4) Salientou-se que a greve sanitária se justificaria apenas se fosse imposto o retorno presencial das atividades. E ainda propõe-se que indicativos de greve nas instituições para se contrapor à PEC 32 - contrarreforma administrativa; 5) Aprovou-se pela maioria das unidades a adesão à greve sanitária;	- Deliberou-se sobre greve sanitária frente a imposição do retorno presencial sem as seguintes condições: Vacina do SUS para todas e todos, com a ordem de prioridades definidas nacionalmente pelo PNI; Testagem ampla e rastreamento, dentre outros; - Criação de vídeos e cards sobre a educação versus pandemia; - Desenvolva-se ações nacionais contra a Portaria no 983 do MEC de 18 de novembro de 2020; - Construa-se um calendário de lutas e mobilização em fevereiro, em conjunto com as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras, contra a Reforma Administrativa e pela vacinação para todas e todos; - Intensificar a luta acerca da defesa dos salários, das carreiras e das condições de trabalho da professora e do professor.

Fonte: A autora.

Cabe salientar que nessa reunião, o ANDES - SN apresentou a sua preocupação em relação à preservação da saúde da comunidade acadêmica, apontando que somente com a ampla vacinação as atividades voltem ao ensino presencial. Acrescentou-se ainda que é relevante que as lutas sociais continuem com o objetivo de fortalecer a classe trabalhadora frente à pandemia.

Percebe-se o quanto são primordiais as lutas sociais e sindicais em contexto tão adverso. Dado que durante o Covid -19 ocorreu uma precarização no ensino público, bem como uma desvalorização nos direitos dos docentes. E é frente a esse desmerecimento que as lutas sociais são urgentemente necessárias para auxiliar toda classe trabalhadora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados obtidos, conclui-se que identificar quais foram as pautas de luta do Andes-SN no período da pandemia (de março de 2020 a março de 2021) é de suma importância. O resgate das pautas do ANDES –SN é primordial, no que tange a defesa pela Educação Pública, bem como, o diálogo entre os trabalhadores da educação que permite manter uma luta e reflexão crítica sobre o ensino público nos dias atuais. No período da pandemia nota-se o quanto é essencial que ocorra esse debate entre os trabalhadores da educação em decorrência da conjuntura capitalista que vem inviabilizando as políticas públicas nacionais.

Verificou-se que no contexto histórico a nação brasileira é submetida aos ditames de um capitalismo dependente e associado, e mesmo com suas transformações ao longo dos tempos continua sofrendo com a dependência, a superexploração da força de trabalho, dentre outras formas de exploração e precarização da vida. A dependência para a compreensão do cenário econômico brasileiro, à medida que denuncia na essência do capitalismo uma lógica de expansão e acúmulo, esta que conduziu ao estabelecimento de relações desiguais no contexto internacional, mediante a existência de mecanismos de exploração e transferência de valor que privilegiam os países centrais. Todavia, cabe salientar a dependência não é só um fenômeno externo, mas se manifesta também a partir de distintas maneiras na estrutura interna, nos âmbitos social, ideológico e político.

Observa-se que o cenário econômico brasileiro ainda é completamente dependente das nações centrais, como também do acúmulo de capital interno isso desqualifica uma pluralidade de interesses sociais. Por tais aspectos, o sindicalismo faz-se presente com intuito de defender os interesses individuais e/ou coletivos/de categoria. São organizações democráticas que produzem um diálogo e negociações entre trabalhadores e organizações empregadoras, no caso em tela, junto ao Estado.

Nas universidades, o sindicalismo, tornou-se primordial em defesa dos direitos dos trabalhadores da educação e as lutas tornaram-se recorrentes em decorrência da precarização do ensino público. O sindicalismo adiciona forças à Universidade e fortalece a democracia, conduzindo aos projetos sociais que sustentam a luta incessante contra os setores dominantes que tentam exercer supremacia e controle sobre a sociedade.

As lutas dos sindicatos no contexto das universidades, no caso do ANDES-SN, enfatizam a defesa da educação pública e gratuita, autônoma, democrática, de qualidade e socialmente referenciada. No que tange os aspectos de autonomia suas lutas compõem-se de pautas como: autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos poderes político e econômico; autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos interesses de grupos econômicos e políticos hegemônicos; autonomia para contrapor-se à lógica produtivista que concebe a escola, o ensino e o saber como mercadorias.

Cabe salientar que as universidades públicas têm sofrido uma incessante desvalorização e ofensiva no sentido de desmonte do que fora constituído e consolidado. Esse descaso com a educação e seus profissionais prevalece na sociedade brasileira, e nesse período de pandemia nota-se o quanto o ensino-aprendizagem foi danificado/prejudicado pelas aulas remotas, pela sobrecarga de trabalho aos docentes, pelo desgaste na saúde mental, por remeter aos discentes que se tornassem autônomos de seu próprio aprendizado, resultando em um ensino-aprendizagem falho e desqualificado.

Nota-se que o ANDES/SN em todas as reuniões realizadas durante a pandemia, no período analisado neste estudo, mencionou o quão falho e desqualificado tornou-se o ensino nesse contexto pandêmico, o desmerecimento da categoria docente nesse período tão conturbado, o descaso do governo frente às aulas remotas – o que representou uma situação caótica tanto aos educadores e educandos.

Reconhecendo que o descaso foi tanto para os docentes quanto para os discentes, deixo, por fim um depoimento pessoal da minha trajetória acadêmica que compreendeu parte no presencial e parte via ensino remoto: Percebi durante a pandemia e o ensino remoto o quanto minha saúde mental, como discente, foi danificada. Justifica-se a isso a pluralidade de atividades universitárias, com ensino defasado, concomitantemente com os afazeres domésticos como mulher, desemprego, bem como, com o pânico frente a uma pandemia que de início nem vacina tinha e estava eliminando a população geral. Não havia previsão de cura e incertezas futuras me deixaram cada dia mais ansiosa e preocupada com o meio onde habitava. Percebi que no ensino presencial, o aprendizado foi muito significativo quando comparado com o ensino remoto, o ensino presencial consegue ter mais discussões, mais detalhamentos nos conteúdos, os docentes estão motivados, no

ensino remoto, por outro lado, as aulas são um pouco estagnadas e as discussões mais restritas.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. E. C. **Data Senado**: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia. 12/08/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ALESSI, S.M. et al. A crise sanitária aliada às consequências da pandemia pela Covid-19 no contexto da crise do capital. **Revista ANDES-SN**, Ano XXXI - Nº 67, Brasília, 2021.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Grupo de Trabalho de Política Educacional. Projeto do capital para a educação, volume 4: **O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente**. 2020. Disponível em: [https://issuu.com/andessn/docs/cartilha\\_ensino\\_remoto](https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_ensino_remoto). Acesso em: 20 mai. 2021.

ANDES-SN. **Cadernos ANDES n.2**. 4 ed. Florianópolis: Andes, 2013. Disponível em: <https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2021.

ANDES-SN. *In*: III ENE: **A luta por uma educação classista e democrática é internacional**. 2019. Disponível em: <https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/noticias/item/3804-iii-encontro-nacional-de-educacao-a-luta-por-uma-educacao-classista-e-democratica-e-internacional>. Acesso: 19 de nov.2021.

ANTUNES, R, org. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BREILH, J. **Epidemiologia: economia, política e saúde**. São Paulo: UNESP-HUCITEC, 1991.

BERTOLLO, K.; PINTO, L.C.D; CASTRO, A.L.L.; A luta das classes na educação superior pública. Considerações dos a UFOP. **Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN**. Ano XXXI n.68. p.76-82. 2021.

BERTOLLO, K. **A educação superior pública na pandemia**. 2020. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta12/25956/a-educacao-superior-publica-na-pandemia/>. Acesso: 20 ago. 2021.

BERTOLLO, K. **Ataques contra a educação e a universidade pública em tempos de pandemia**. 2021. Disponível em: Rede TraMa (@redetrama\_) • Fotos e vídeos do Instagram. Acesso: 12 set. 2021.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social**: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Colemarx, 2020. Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação - Colemarx.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO/FIOCRUZ. Revista Poli. Ano XIII - 73 - set./out.2020. Disponível em: [http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poli\\_73\\_web.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poli_73_web.pdf). Acesso em: 10 maio. 2021.

EVANGELISTA, O. **Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador. Contrapoder**. Net. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-ocapital-educador/>. Acesso em: 10 maio. 2021.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e as classes sociais da América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Edições. 1972.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 1.ed. São Paulo Expressão Popular, 2020.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo, 2005.

GURSK, G. Assista em: <https://www.youtube.com/watch?v=4tQP5CMJlcE>. Acesso em: 24 jun. 2021.

GIOLO, J. Future-se [recurso eletrônico] : **Ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado**. São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020. 223 p.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 232 p.

MACÁRIO, E. A. Covid-19 e o neoliberalismo. **Revista Espaço Acadêmico**. Maceió: UEM, 2020.

MARX, K. **O capital**. Volumes I.3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil S. A., 1987.

MARX, K. **O capital**. Volumes I - VI. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil S. A., 1996.

MARINI, R. M. M. Dialética da dependência, 1973. *In*: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini: **Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MENEZES, K.M.G Os impactos do ensino remoto para a saúde mental do trabalhador docente em tempos de pandemia. **Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN**, semestral, Brasília, 2021.

MORAES, G.P. O Avanço do Capital Privado na Educação Pública e a Precarização do Trabalho Docente em Tempos de Pandemia. *In*: FELIZ, G. **Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI**. 1 ed. Bremen: Coletivo Veredas, El Tiple, 2021. 239 p.



MÉSZÁROS, I. Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente. In. MÉSZÁROS, I. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

OLIVEIRA, A. S. S.; PEREIRA, M. S.; LIMA, L. M. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 609- 619, 2017.

OMS. Organização Mundial de Saúde - World Health Organization (WHO). **The World Health Report**, 2000. Health Systems: Improving Performance. Geneva, Switzerland, 2000. Disponível em: <https://www.paho.org/bra>. Acesso em: 7 abr. 2021.

RIBEIRO, R.F. **O reforço do sindicalismo de estado com a incorporação das centrais sindicais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVANI, D; GALVÃO, A.C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Revista ANDES-SN**, Ano XXXI - Nº 67, Brasília, 2021.

SCIENCE-METRIX. **Analytical Support for Bibliometrics Indicators. Final Report**, January 2018, Disponível em: [http://www.science-metrix.com/sites/default/files/science-metrix/publications/science-metrix\\_open\\_access\\_availability\\_scientific\\_publications\\_report.pdf](http://www.science-metrix.com/sites/default/files/science-metrix/publications/science-metrix_open_access_availability_scientific_publications_report.pdf). Acesso: 02 de maio de 2021.

SIMÃO, A. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado em São Paulo**. São Paulo: Dominus Editora, 1981.

SOLDATELLI, R. **Processo de adoecimento de professores amplia durante pandemia**. Esquerda Marxista. Corrente Marxista Internacional, 2020. Disponível em:

<https://www.marxismo.org.br/processo-de-adoecimento-de-professores-ampliada-durante-pandemia/>. Acesso em: 24 abr. 2021.